

GRANDES PROJECTOS E SEGURANÇA ALIMENTAR EM MOÇAMBIQUE

João Mosca e Tomás Selemane

DAFT ZERO

Não são permitidas referências

Maputo, Março de 2013

GRANDES PROJECTOS E SEGURANÇA ALIMENTAR EM MOÇAMBIQUE

João Mosca¹ e Tomás Selemane²

1. INTRODUÇÃO

Tal como alguns países em desenvolvimento, Moçambique é rico em recursos naturais. As importantes reservas de carvão e outros minerais, gás, terra e clima para a exploração florestal, *commodities* agrícolas e bens alimentares, têm atraído grandes investimentos.

Multinacionais e países, ou alianças entre estes dois, investem muitos biliões de dólares para satisfação demandas energéticas das novas grandes economias emergentes e, por outro lado, da subida de preços nos mercados internacionais, conforme as previsões da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) sobre a escassez de alimentos associada a eventuais efeitos ambientais nas principais economias produtoras de bens alimentares.

Existem reservas ou casos empíricos suficientes para se sugerir que a retenção de valor, benefícios e o contributo desses investimentos para o desenvolvimento económico e redução da pobreza nos países possuidores desses recursos, são reduzidos.

A análise global dos efeitos económicos e dos efeitos sociais e ambientais (positivos e negativos), é complexa e interdisciplinar. Neste texto apenas se pretende questionar sobre os efeitos da exploração dos grandes projectos, com enfoque para os de mineração de carvão em Tete (província na zona centro de Moçambique), sobre a produção e segurança alimentar e as condições de vida das populações abrangidas por reassentamentos.

São referidos aspectos relacionados com outros grandes projectos quando se aborda os efeitos sobre a economia.

Em termos de estrutura, para além desta breve introdução, o texto apresenta na secção dois um enquadramento dos grandes projectos de mineração na economia moçambicana, alguns indicadores sobre os primeiros efeitos dos investimentos em fase inicial de implementação sobre o produto interno bruto (PIB), a balança de pagamentos, o orçamento do Estado, o investimento directo estrangeiro (IDE), o emprego e outras variáveis da economia (taxa de câmbio, inflação, crédito, etc.), as condições de operação das multinacionais, as infra-estruturas e as relações e capacitação institucional do Estado. A terceira secção apresenta, com base na secção anterior e na política agrária, algumas reflexões sobre as relações entre os grandes projectos com a produção e a segurança alimentar.

O texto assenta em informações secundárias e estudos já existentes sobre o objecto em análise. São poucos os estudos que relacionam de forma directa a exploração mineira com a pobreza e a segurança alimentar. Por esta razão, os autores utilizam o método dedutivo a partir de um esquema de análise que

¹ Professor Catedrático e investigador na Universidade A Politécnica em Maputo. Doutorado em Economia Agrária e Sociologia Rural pela Universidade de Córdoba (Espanha) e Agregado pela Universidade Técnica de Lisboa (Portugal). joao.mosca1953@gmail.com.

² Mestrando em Economia Política do Desenvolvimento na Universidade de Witwatersrand, África do Sul. thomselemane9@gmail.com

considera os efeitos do IDE dos grandes projectos com variáveis macroeconómicas, as condições de reassentamento, as dinâmicas nas economias locais e a política agrária e evolução da agricultura nos últimos anos. O estudo toma como período de análise a primeira década do século XXI, embora grande parte dos mega projectos e, em particular, as explorações mineiras tenham começado a operar em finais dessa década. Anteriormente entraram em funcionamento os grandes projectos de alumínio (Mozal), de extracção e transporte de gás natural (Sasol) e de produção e transporte de energia hidroeléctrica (Cahora Bassa).

A partir dos finais da década passada, tiveram início os investimentos na indústria mineira, particularmente de carvão em Tete, de areias pesadas em Moma (província de Nampula) e de Chibuto (província de Gaza), na prospecção de hidrocarbonetos na bacia do Rovuma e na exploração madeireira e reflorestamento.

Neste texto os termos grandes projectos/investimentos, mega projectos, empresas mineiras e multinacionais, embora conceitualmente muito diversos, são considerados como sinónimos. Oficialmente é considerado grande ou mega projecto aquele cujos investimentos de implantação sejam iguais ou superiores a meio milhão de dólares americanos.

2. GRANDES PROJECTOS E ECONOMIA NACIONAL

2.1 Breve apresentação dos grandes projectos considerados neste texto

O quadro seguinte apresenta de forma breve as principais empresas a operar em Moçambique no sector de minas de carvão (Vale e Rio Tinto), de areias pesadas (Kenmare), de gás natural (Sasol) e de alumínio (Mozal). Existem outras empresas de menor dimensão nos três sectores.

	Vale	Rio Tinto	Kenmare	Sasol	Mozal
Objecto e Valor do projecto	Carvão mineral; \$1.535 mil milhões	Carvão mineral; \$3.8 mil milhões	Areias pesadas; \$500 milhões	Gás natural; \$1.2 mil milhões	Alumínio; \$2.4 mil milhões
Início de operações	2011	2012	2007	2004	1998
Empresa Investidora no projecto	Vale do Rio Doce 85%; Estado Moçambicano 5%; e 10% reservados ao sector privado moçambicano	100% da Rio Tinto (projecto anteriormente realizado pela Riversdale Mining)	Kenmare Resources PLC 100%	Sasol Petroleum Sofala 50%; Petronas Carigali Moçambique 35%, ENH 15% e IFC (Braço do Banco Mundial para o sector privado, 5%)	BHP-Billiton 47%; Industrial Development Corporation (IDC) 24%; Mitsubishi 25%; Estado Moçambicano 3,9%
Localização e área licenciada (em hectares)	Moatize, província de Tete; 23.780	Benga, província de Tete; 127.000 ³	Moma, província de Nampula; 34.000	Pande e Temane, província de Inhambane	Beluluane, província de Maputo
Número de famílias reassentadas	1.313	600	145	n/d	444

Fonte: Construção dos autores com base em Castel-Branco e Cavadias (2009) e Selemane (2013)

³ Actualmente a Rio Tinto explora apenas 4.560 hectares ocupados pelas minas de carvão de Benga.

Do quadro acima pode constatar-se o seguinte:

- Os elevados valores dos investimentos, assim como a grande dimensão das áreas concedidas para exploração mineira;
- A baixa participação do Estado moçambicano como accionista e a fraca participação do capital privado local;
- O início recente das actividades de implantação e da produção, o que exige cuidados na análise sobre os efeitos dos grandes projectos sobre a economia e a sociedade;
- A grande quantidade de famílias reassentadas numa fase inicial. Segundo um mapa disponível das concessões de área para a exploração mineira, por exemplo, a província de Tete está praticamente toda licenciada, o que implicará, necessariamente, o reassentamento de muito mais famílias e, possivelmente, reassentamentos duplos das mesmas famílias.

Estão em curso vários estudos e prospecções, principalmente de carvão mineral na província do Niassa, e de petróleo e gás natural na bacia do rio Rovuma, a norte de Moçambique, na fronteira com a Tanzânia.

2.2 Aspectos gerais

Os grandes investimentos em curso no sector mineiro (carvão e outros metais) e energético (petróleo e gás) enquadram-se na crescente procura destes recursos devido à emergência de grandes economias com elevadas taxas de crescimento e conseqüente aumento da procura internacional⁴. Acrescente-se ainda a demanda de madeira para fins diversos e produtos alimentares considerando as estimativas da FAO que indicam um aumento da procura e dos preços no mercado internacional.

Para uma leitura crítica sobre a economia africana no contexto das relações com as economias desenvolvidas no actual contexto da globalização, veja por exemplo Bond (2007), com base no estudo do Banco Mundial (2005), que indica como África, depois de descontar a perda de capital resultante da exploração de recursos naturais exportados (petróleo e derivados, outros minerais, madeiras e recursos florestais, áreas protegidas e pastagens), é mais pobre quanto mais vantagens comparativas tiver em recursos naturais. “Subtraindo a depreciação do capital fixo, agregando os gastos em educação, reduzindo os níveis de poluição e de exploração dos recursos, o Banco Mundial conclui que alguns países são grandes perdedores nos processos de exportação” (Bond 2007:92).

A Agência Francesa de Desenvolvimento fez uma avaliação do custo da degradação ambiental em Moçambique (esgotamento de recursos naturais, custos de poluição e “choques de água”) e concluiu haver uma poupança real negativa de 14,1% do PIB. Se este valor for tido em conta nos cálculos do PIB,

⁴ São as chamadas economias emergentes, ou também BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China), ou ainda “economias baleia”, que se caracterizam pela grande escala, crescimento rápido devido às elevadas margens de expansão do mercado interno, excesso de liquidez (principalmente a China), uma crescente participação no comércio internacional, são grandes consumidoras de alimentos e de fontes energéticas e têm tido avanços significativos na formação do capital humano e de conhecimento com modernização das economias. São países com grande capacidade de intervenção na cooperação e em investimentos no estrangeiro e, finalmente, não impõem condicionalidades económicas e de valores democráticos ou de direitos humanos para a cooperação e investimento, aspecto “simpático” para algumas economias em desenvolvimento onde prevalecem sérios problemas de corrupção, transparência e falta de respeito pelos direitos humanos.

em vez de se apurar um crescimento económico médio de cerca de 8% ao longo da primeira década do século XXI, obter-se-á um decréscimo real de 6 a 7 por cento⁵.

Várias são as consequências dos grandes investimentos em economias em desenvolvimento e que são recém-chegados ao grupo de países ricos nesses recursos. Indicam-se aqui apenas as mais importantes para o caso moçambicano:

- Procura e concessão de grandes áreas de terras, (Kaarhus 2011)⁶, sem consideração pelos direitos dos pequenos produtores e comunidades rurais⁷ nem indemnizações adequadas, e reassentamentos populacionais sem atender aos direitos dos cidadãos, Mosca e Selemane (2011);
- Efeitos ambientais não controlados e não estudados mas que certamente necessitam ser considerados e monitorizados⁸;
- Incapacidade das infra-estruturas de escoamento, forçando as empresas mineiras a realizar investimentos em vias férreas, portos, imobiliário e outras áreas, agravando o esforço de investimentos, com a vantagem de apetrechar melhor o país com esse capital fixo produtivo e de serviços. Este aspecto tem provocado estrangulamentos no escoamento devido à incapacidade de manutenção e construção das infra-estruturas⁹;

⁵ Podem persistir algumas dúvidas metodológicas e de fontes de informação e sua fiabilidade. O estudo pode ser um alerta para a continuidade de trabalhos nesta linha de investigação.

⁶ “Liderando a corrida, estão empresas internacionais do agronegócio, bancos de investimento, fundos *hedge*, comerciantes de *commodities* e fundos soberanos, bem como fundos de pensões do Reino Unido, fundações e indivíduos atraídos pelas terras mais baratas do mundo.

Juntos, eles estão varrendo o Sudão, Quênia, Nigéria, Tanzânia, Malawi, Etiópia, Congo, Zâmbia, Uganda, Madagáscar, Zimbábue, Mali, Serra Leoa, Gana e outros. Somente na Etiópia, já foram aprovados 815 projectos financiados com investimento estrangeiro desde 2007. A terra que os investidores não conseguem adquirir, está sendo arrendada por aproximadamente 1 dólar por ano cada 2,5 hectares

A Arábia Saudita e outros emirados do Oriente Médio, como Catar, Kuwait e Abu Dhabi, são os maiores compradores. Em 2008, o governo saudita, que era um dos maiores plantadores de trigo da região, anunciou que vai reduzir sua produção de grãos em 12% por ano para conservar a sua água. E destinou 5 mil milhões de dólares em empréstimos com taxas de juros preferenciais para as empresas do país que quiserem investir em nações com forte potencial agrícola” (Vidal 2010).

⁷ Veja, por exemplo, Norfolk e Hanlon (2012), Justiça Ambiental e União Nacional de Camponeses (2011).

⁸ Para o caso do carvão, são conhecidas as maiores incidências de doenças respiratórias em zonas de exploração carbonífera. Em Tete são reportados sinais de contaminação do ar certificado pela queda de pós nas explorações agrícolas e nas roupas quando secam ao ar livre, abrangendo áreas num raio próximo dos 40 quilómetros. Sobre o carvão de Tete, veja Callaghan (2011).

São também conhecidas as contaminações de águas dos rios e de aquíferos (por exemplo, na província de Manica) provocados pelo garimpo devido à utilização de mercúrio. O jornal digital Canalmoz N° 421 de 21 de Março de 2011 afirma, com base em declarações de investigadores: “Os rios Púnguè, Révuè, Messica, Ndirire, Nhancuarara, entre outros que atravessam as províncias de Manica e Sofala, na zona centro do país, estão a ser poluídos por mercúrio, uma substância nociva à saúde humana, usada pelos garimpeiros ilegais para decantar ouro”.

Em relação à Mozal, a *Jubilee Debt Campaign* em parceria com outras organizações (2012:10), afirma: “em 2010 e 2011, fumos de escape da fábrica foram lançados directamente para a atmosfera sem serem tratados, incluindo fluoreto de hidrogénio, dióxido de enxofre, dióxido de nitrogénio e ozono.”

⁹ No caso do escoamento do carvão de Tete, são conhecidos os estrangulamentos e incapacidade das infra-estruturas existentes para escoar os volumes previstos. O jornal digital Canalmoz número 900 de 20 de Fevereiro de 2013, afirma que a empresa Vale está incapaz de cumprir contratos de fornecimento de cavão de Moçambique por dificuldade de circulação na linha ferroviária entre Moatize e Tete. As empresas mineradoras têm que investir na construção de linhas férreas e portos. As exportações em 2011 e 2012 ficaram aquém do programado. Nas zonas de exploração acumula-se carvão ao ar livre. A Sapo notícias (<http://m.noticias.sapo.pt/internacional/> 23/02/2013), citando o trabalho de Selemane (2013) publicado pelo CIP & AWEPA, refere que “O secretismo em volta das negociações e dos contratos assinados entre o governo e as empresas extractivas” é um dos problemas apontados

- Incapacidade do tecido empresarial local para satisfazer as demandas de logística e serviços dos grandes projectos, como por exemplo, na construção, abastecimento alimentar, transportes, imobiliária, etc., o que é solucionado com importações. Nestas condições, não se configuram relações económicas intersectoriais no território com os benefícios próprios das economias em rede e de proximidade (*clusters*), reforçando a baixa retenção de valor no território no contexto do desenvolvimento regional e/ou local¹⁰;
- Debilidades do Estado para permitir negociações com semelhança de conhecimento e informação, de forma a assegurar algum equilíbrio na capacidade negocial entre as partes. Este aspecto tem as seguintes implicações: (1) benefícios fiscais e aduaneiros extremamente vantajosos para as empresas investidoras¹¹; (2) excepcionalidades legais; e, (3) défice na capacidade de fiscalização das actividades, volumes de produção e receitas das multinacionais, na capacidade laboratorial e debilidade em recursos humanos do aparelho de Estado¹²;
- Falta de técnicos dos vários níveis e especializações relacionadas com as áreas dos grandes investimentos intensivos em capital, implicando a importação de grande quantidade de expatriados, desde técnicos superiores a básicos e de ofícios. Internamente, acontece a mobilidade de técnicos da capital do país e de outras províncias para as zonas com explorações mineiras. Este fenómeno cria múltiplos sentimentos, com graduações diferentes, de xenofobia¹³ e tribalismo;
- Transparência e corrupção. Em Moçambique o sinal mais evidente da falta de transparência é a não divulgação dos contratos entre o governo e as mineradoras, a “blindagem” Governo no fornecimento de informações¹⁴. Os problemas relacionados com a corrupção e a falta de

pelo relatório que refere igualmente "a falta de quadros qualificados" nos diferentes ministérios e a incapacidade do executivo em monitorizar as empresas de "forma independente".

¹⁰ Castel-Branco (2010: 80): sobre os desafios da indústria moçambicana face aos grandes projectos afirma: “A segunda questão consiste em desenvolver e financiar uma estratégia de diversificação, articulação e ampliação da base produtiva que permita dinamizar e articular o mercado doméstico, criar ligações a montante e jusante que conduzam à substituição efectiva de importações, articular a logística, os sectores, as actividades, as capacidades e qualificações e as infra-estruturas, diversificar e aumentar as exportações e criar novos pólos de desenvolvimento que possam gerar novas e melhores oportunidades e sustentabilidade inter-temporal e inter-geracional.

¹¹ Os benefícios fiscais para as empresas e trabalhadores expatriados das empresas são variáveis e muito diferentes. Existem casos da isenção total do Imposto sobre o Rendimento das empresas (pessoas colectivas) – IRPC e outros impostos (SISA, IVA, Imposto de Selo, etc.) ou isenções percentuais variáveis. O período de isenções é, igualmente, muito variável, podendo chegar a 10 anos do empreendimento em operação. Para uma análise detalhada veja Castel-Branco e Cavadias (2009) e Nuvunga (2013).

¹² Mosca e Selemane (2011: 39) afirmam: “Informações na Direcção Provincial da Coordenação Ambiental indicam existirem, no total, apenas 11 técnicos, sendo 7 planificadores físicos e 4 técnicos de outras áreas. Nenhum deles é ambientalista. O director provincial é economista. Trabalha-se sem laboratórios e outros recursos. Não só existem lacunas técnicas, como muitas direcções provinciais e os municípios não possuem estratégias e acções concretas para prever o agravamento de situações derivadas da intensificação da actividade económica e, particularmente, da extracção mineira”.

¹³ Um texto de Samuel Castro intitulado *Kenmare Areias Pesadas de Moma. Um Mega Racismo e refúgio do apartheid sul-africano*, afirma: Quem pode nos defender..... Essa terra é dos moçambicanos ou dos sul-africanos..... O discurso do Presidente Armando Guebuza aquando das comemorações do 5º aniversário do governo de Moçambique assumir a maioria do capital da barragem de Cahora Bassa (a partir deste momento surge o *slogan* Cahora Bassa é nossa”), faz ênfase ao tribalismo, coincidindo o facto dos habitantes das zonas periféricas à barragem solicitarem tarifas eléctricas mais baratas considerando a distância de Cahora Bassa. Em Tete, em voz corrente e em tom de indignação, afirmações que pretendem afirmar que os habitantes e técnicos da região são preteridos em relação a estrangeiros e a moçambicanos de outras províncias.

¹⁴ Sobre a corrupção, veja Hanlon e Mosse (2009), Mosca e Selemane (2011), Buur, Baloi e Tembe (2012). Segundo a avaliação da Transparência Internacional, Moçambique possui um elevado Índice de Percepção da Corrupção (IPC) e a sua evolução, entre 2003 e 2010, não sofreu mudanças significativas. Entre 2003 e 2010, o IPC variou entre 2,5 e 2,8 (com altos e baixos, sendo 0 a máxima corrupção e 10 nada corrupto). “Moçambique está localizado

transparência têm sido sistematicamente referidos pela imprensa, organizações da sociedade civil e por organizações externas, tendo sido finalmente reconhecidos seja pelo governo como pela comunidade internacional que apoia o Orçamento do Estado moçambicano. Em consequência dessas pressões, Moçambique aderiu à Iniciativa de Transparência na Indústria Extractiva (ITIE) com a finalidade de publicar todos os pagamentos feitos pelas empresas que operam no sector e todos os recebimentos que entidades governamentais recebem a vários níveis (central, provincial, distrital). No âmbito da ITIE, até Fevereiro de 2013, foram produzidos três relatórios sobre os pagamentos e recebimentos da indústria extractiva, geralmente chamados de “relatório de reconciliação”¹⁵. No entanto, vários autores e organizações da sociedade civil têm criticado o facto da ITIE não oferecer um quadro completo de transparência.

Como observa Selemane (2012):

“A transparência [baseada na ITIE] não é suficiente e a sociedade civil deve continuar a exigir que haja transparência de verdade, nomeadamente, que o governo publique todos os contratos assinados com cada uma das empresas que opera na indústria extractiva nacional, pela seguinte razão: a publicação dos pagamentos das empresas e os recebimentos do governo – mesmo representando um passo em frente no cenário moçambicano é um passo em falso, na medida em que é impossível aos donos dos recursos explorados (o povo moçambicano) saber se os montantes declarados como pagos e recebidos são de facto os que deveriam tê-lo sido”.

Nos países com nações em construção, a descoberta de riquezas naturais pode provocar conflitualidades de natureza diversa¹⁶. Este risco é tanto maior quanto maior for a concentração social e espacial dos benefícios, o grau de centralização da administração e dos centros de decisão e, externamente, dos interesses internacionais, tanto económicos como militares e políticos.

As expectativas de riqueza têm implicações sobre a política económica¹⁷. Políticas fiscais e monetárias expansivas e o endividamento do Estado e das empresas constituem um elevado risco, não apenas pela volatilidade dos mercados internacionais, como ainda por razões internas derivadas dos desequilíbrios introduzidos nos mercados por demandas com escalas muito superiores à capacidade de oferta interna. O quadro institucional pode sofrer rupturas com descontinuidades relativamente às trajectórias anteriores, implicando mudanças sem consideração por aspectos de natureza cultural e sociológica.

O discurso oficial apresenta os seguintes argumentos em defesa da exploração mineira pelas multinacionais: (1) contributo para o crescimento económico, a balança de pagamentos e as receitas fiscais; (2) contributo para a construção/reabilitação de infra-estruturas; (3) apoio e realização de acções de

no grupo dos 30 a 40% mais corruptos de entre os países avaliados (Mosca, Abbas e Bruna 2011). A fuga de capitais, sob diversas formas, começa a ser estudada. Veja, por exemplo, Koch (2011) que apresenta dados sobre a saída ilícita de capitais de África e de Moçambique. A Kepa (2010) apresenta um estudo sobre o mesmo assunto. Ainda não existe uma Lei de acesso à informação, embora haja uma proposta que permanece na Assembleia da República há vários anos, e que poderá ser finalmente debatida este ano.

¹⁵ Informações detalhadas sobre a Iniciativa, no geral, e, Moçambique, em particular, e os três relatórios de reconciliação mencionados aqui podem ser obtidos no seguinte endereço www.itie-mozambique.org/

¹⁶ O jornal digital Canalmoz Nº 421 de 24 d Março de 2011, citando investigadores relacionados com os recursos naturais, afirma: “Os garimpeiros andam armados. Montam emboscadas, ameaçam e torturam os fiscais (...). Quando as autoridades actuam, são ameaçadas o que deixa claro que, por detrás de garimpo ilegal, há gente importante escondida”. Sobre este tema, e referindo-se a África, veja o texto de Moorsom (2012), “The militarization of poverty in Africa”. Os fiscais de caça e os florestais têm o mesmo problema, havendo já registo de assassinatos desses profissionais.

¹⁷ Para uma leitura teórica sobre a macroeconomia da abundância, aplicado à América Latina, veja Ocampo (2007).

formação de técnicos; (4) importação de tecnologia; (5) dinamização da economia e do empresariado local; (6) criação de emprego.

Zorrilla, Álvarez e Acosta (2012) afirmam existir os seguintes sete mitos sobre a exploração mineira¹⁸:

1. O anúncio de elevados valores de reservas naturais. Estes valores são anunciados sem estudos fundamentados e destinam-se à obtenção de ganhos nas bolsas de valores e mobilização de capitais. Depois do anúncio de imensas reservas de carvão, sobretudo na província Tete¹⁹, surgem, recentemente, as primeiras dúvidas sobre os volumes e qualidade inicialmente divulgados. Já existiram trespasses de licenças entre empresas, como por exemplo entre a Riversdale e a Rio Tinto²⁰ e entre licenças concedidas à elite política moçambicana e empresas multinacionais. Os valores destes trespasses supõem a existência de determinados volumes e com uma qualidade específica que posteriormente não são verificáveis, como aconteceu no negócio entre as multinacionais referidas.
2. A exploração mineira implica desenvolvimento. Vários autores apontam indicadores económicos e do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de alguns países ricos em recursos naturais para questionar o mito. Mais adiante, são apresentadas informações que confirmam que em Moçambique, não obstante as elevadas taxas de crescimento durante mais de uma década, não tem havido melhorias significativas no IDH. O Índice evoluiu positivamente, embora ligeiramente, devido ao aumento do PIB *per capita* e ao maior acesso à educação nos três níveis e à saúde (medido pela esperança de vida). Mas Moçambique tem permanecido nos últimos lugares dos *rankings* deste índice elaborado pelo PNUD (nos 5% de países pior classificados). Alguns estudos indicam que o crescimento tem mantido as desigualdades sociais - por exemplo, o Governo de Moçambique (2010) e outros autores referem o agravamento dessas desigualdades (Francisco 2011)²¹.
3. Elevada contribuição para as receitas do Estado (impostos) e para a economia. Contudo as contribuições fiscais situam-se aquém das expectativas resultantes das reservas e metas de produção anunciadas e as empresas não revelam os lucros. Muitas destas empresas usam sistemas bancários em *off-shore* como forma de fuga aos impostos. No caso de Moçambique, as multinacionais gozam de elevados benefícios fiscais e isenções de taxas alfandegárias.²² Para as empresas mineradoras, “estimativas mostram que o Estado perde anualmente por volta de 400-500 milhões de dólares (\pm 15 mil milhões de meticais) com esses incentivos (excluindo fugas ao fisco), o que, grosso modo, corresponde a 20% do OGE corrente, ou mais de 10 vezes o total de recursos financeiros distribuídos anualmente pelos distritos” (Castel-Branco 2011). Dados da

¹⁸ Os autores deste texto acrescentam casos concretos relativos a Moçambique.

¹⁹ Em entrevista ao jornal Expresso (Lisboa) de 29 de Outubro de 2011, um engenheiro da Vale afirmou existir em Tete carvão para muitas gerações. Não refere o nível de extracção anual.

²⁰ A mineradora anglo-australiana Rio Tinto foi obrigada a rever em baixa o valor contabilístico dos seus activos em \$3 mil milhões em Janeiro de 2013. O facto terá resultado da combinação de dois factores: (1) sobreavaliação das reservas minerais adquiridas ao grupo de alumínio Alcan (Canadá) e à Riversdale (Moçambique); e (2) a reprovação pelo governo moçambicano dos estudos de viabilidade para o escoamento do carvão mineral de Benga (em Tete) para o porto da Beira, através do rio Zambeze. Descrita como “inaceitável” pela própria mineradora, a imparidade de \$3 mil milhões conduziu à resignação de funções do presidente executivo da Rio Tinto, Tom Albanese, e, também, de Doug Ritchie que, em 2011, liderou a operação de compra da Riversdale pela Rio Tinto, cujo principal activo eram as minas de carvão de Benga em Moçambique (Selemane 2013).

²¹ Embora os projectos de exploração mineira tenham iniciado em finais da primeira década, o crescimento económico de entre 6 e 8% existiu entre 2001 e 2010 em que já funcionavam alguns projectos, como é o caso da extracção de gás e do processamento de alumínio. No final da década, coincidindo com os investimentos das mineradoras, o crescimento começou a desacelerar, o que não significa necessariamente uma correlação positiva entre estes dois fenómenos.

²² Para o caso da Mozal, veja Justiça Ambiental e União Nacional dos Camponeses (2011).

Autoridade Tributária de Moçambique indicam que os grandes projectos contribuem com menos de 4% para as receitas fiscais:

- a. O mesmo autor afirma ainda: “Dados do Banco de Moçambique mostram que em média apenas entre 3% e 5% dos lucros do capital privado internacional são reinvestidos em Moçambique, e que cerca de milhões de dólares são repatriados (para fora da economia nacional) todos os anos”.
 - b. Num outro texto, Castel-Branco (2012) refere que “o Estado poderia aumentar as suas receitas fiscais em US\$ 320 milhões em 2007, aumentando-as em mais de 50%. Esta cifra poderia chegar aos US\$ 420 milhões em 2008 com os novos mega projectos (se estes tiverem sido concretizados). A título de comparação, a totalidade de apoio geral dos doadores ao orçamento de Estado em 2008 rondou os US\$ 450 milhões”.
4. Existem muitas ameaças ecológicas, concretamente pelo facto de muitos dos jazigos estarem localizados em sítios ecológica e climatericamente muito sensíveis, com muitas chuvas, e em contextos de ecossistemas únicos como bosques que albergam fontes de água e dezenas de espécies, vegetais e animais em perigo de extinção. Para o caso de Moçambique, já foram anteriormente referidos alguns efeitos ambientais da exploração do carvão mineral e do garimpo de ouro;
 5. A exploração mineira produz grandes quantidades de resíduos. Os autores notam que: “as minas de grande escala no Canadá produzem 60 vezes mais resíduos e nos Estados Unidos produzem nove vezes mais - que todas as cidades e indústrias dos respectivos países”;
 6. A contaminação da água atinge proporções alarmantes com efeitos sobre a saúde pública. Por mais reciclagem que exista, “devido ao processo conhecido como drenagem do ácido mineiro, a água dos rios, em combinação com o ar e a água da chuva e/ou as águas subterrâneas, envenenarão o recurso água durante décadas e possivelmente séculos”;
 7. A exploração mineira produz muitos conflitos sociais²³. Mais adiante são referidos os conflitos acontecidos em Moçambique, não obstante a exploração de carvão estar apenas no princípio.

2.3 Grandes projectos e economia nacional

Durante décadas, grande parte das exportações moçambicanas concentrava-se em alguns produtos primários, como seja a pesca (sobretudo de camarão) e a agro-indústria (algodão, caju, chá, copra, sisal, açúcar). Estes bens possuíam também um peso significativo na formação do Produto Interno Bruto (PIB). Na balança de pagamentos tiveram ainda importância o sector de serviços ferro-portuários e as receitas de emigração para a África do Sul²⁴. O sector mineiro tinha uma importância limitada.

Depois da independência e, sobretudo, após o Acordo Geral de Paz, assinado a 4 de Outubro de 1992 em Roma, Moçambique tem sido suportado, em grande medida, por recursos externos. Os donativos tiveram, e têm, um peso significativo no financiamento do orçamento do Estado. Durante a primeira década deste século, essa contribuição variou entre 50% e 55%, com tendência decrescente. Mais de 90% do défice público (que sem recursos externos variou entre 12 e 16% do PIB), foi financiado por donativos e empréstimos externos (Mosca, Abbas e Bruna 2012).

Aproximadamente 95% do total do investimento realizado entre 2001 e 2010 foi Investimento Directo Estrangeiro (IDE). O sistemático défice da balança de pagamentos é financiado pelas Instituições de Bretton Woods, atenuado por perdões da dívida e por donativos da comunidade internacional, permitindo manter a dívida e o défice em níveis “aceitáveis” de estabilidade e considerados sustentáveis, mesmo que

²³ Na Colômbia, 80% das violações dos Direitos Humanos que ocorreram nos últimos dez anos foram cometidos nas regiões carboníferas. No Perú, mais de 60% dos conflitos socio-ambientais deve-se às explorações mineiras.

²⁴ Para uma leitura sobre esses assuntos, veja Mosca (2005).

artificialmente devido às formas de financiamento e ao sistemático défice da balança comercial (Mosca, Abbas e Bruna 2011).

O crescimento económico de entre 6 a 8% entre 2001 e 2010, com desaceleração nos últimos anos, está fortemente assente em recursos externos, seja por influência do Estado, como pelo investimento externo e ainda pela agricultura, basicamente dos pequenos produtores²⁵. A inflação, embora conjuntural e anualmente bastante variável, tem-se situado na maioria dos anos abaixo dos 10% (Mosca, Abbas e Bruna 2011)²⁶.

A taxa de câmbio possui igualmente variações conjunturais significativas, existindo a percepção de uma sobrevalorização²⁷ em defesa da inflação e do consumidor, sobretudo dos consumidores urbanos de forma a tentar evitar-se conflitualidade social nas cidades. O crescimento económico não é correspondido com aumento significativo do emprego²⁸. Não existem sinais evidentes de redução da percentagem da população em situação da pobreza, Governo de Moçambique (2010), e em termos absolutos, o número de pobres, entre 2003 e 2009, cresceu em cerca de 2,8 milhões de pessoas, cerca de 20%, crescimento superior ao da população (Mosca, Abbas e Bruna 2011). Vários estudos indicam o agravamento das desigualdades sociais, conforme anteriormente referido.

²⁵ Há vários estudos sobre o contributo dos grandes projectos no crescimento económico. Considerando apenas a Mozal, Sasol e as areias pesadas de Moma, Sonne-Schmidt, Arndt e Magaua (2009) estimam que aqueles contribuem com cerca de 10% do PIB (metade da agricultura) e entre 0,8% e 0,1%, do crescimento num contexto de um crescimento de entre 7,3% e 7,6% entre 1996 e 2006. Concluem que o crescimento em Moçambique seria elevado, com ou sem o contributo dos grandes projectos. O estudo de Abbas (2013) confirma que os recursos externos e os gastos públicos (estes financiados maioritariamente pelos recursos externos) são os principais determinantes do crescimento económico moçambicano entre 2001 e 2010.

²⁶ Não existem estudos sobre a influência dos grandes projectos na inflação. Vários sinais indicam esses efeitos, sobretudo na capital do país e nas zonas de exploração mineira. Mosca e Selemane (2011) fazem alusões pontuais sobre a evolução de alguns preços na cidade de Tete, sobretudo os preços de serviços (transportes, hotelaria e restauração, imobiliária, etc.). Na cidade de Maputo, o caso dos preços imobiliários é o mais evidente devido à procura segmentada de imigrantes associados aos mega projectos, alcançando, sobretudo, os mesmos serviços e não afectando, directamente, os mercados da demanda de bens inferiores e da população de renda baixa. Os mercados, embora próximos, estão bastante segmentados e não estão integrados e, por isso, provavelmente com influência reduzida sobre a maioria da população.

²⁷ Os empresários exportadores reclamam pela desvalorização da moeda local para ganharem competitividade. Um estudo da USAID (2011a) estima uma sobrevalorização de cerca de 11%. Essa atitude tem sentido, se for aceite a sobre valorização, pois a competitividade depende de muitos outros factores. Economistas alertam, ainda, para o perigo da sustentabilidade da balança de pagamentos (Ossemene 2009) e para o perigo da doença holandesa, e sugerem a constituição de fundos de soberania USAID (2011). O estudo da USAID conclui sobre os canais de transmissão e os efeitos sobre vários indicadores da economia real e refere cinco principais: (1) preços dos bens importados; (2) comércio externo que, embora não muito forte, tem importância sobre alguns bens exportados; (3) ganhos das empresas envolvidas no comércio externo, assim como nas relações entre as empresas agrícolas e industriais; (4) preços aos consumidores; e, (5) crescimento económico com uma relação positiva entre uma menor valorização da moeda e o crescimento. O trabalho de Abbas (2013), embora abrangendo períodos diferentes, conclui qualitativamente de forma semelhante sobre a relação entre taxa de câmbio e o crescimento económico.

²⁸ O emprego em organizações formais tem aumentado, mas a um ritmo inferior ao do crescimento da população activa. A percentagem do emprego formal não alcança os 10% da população activa. Grande parte do factor trabalho está ocupado em diferentes formas de emprego informal, na agricultura, comércio, e outras actividades. Para a problemática do emprego da segurança social, veja Francisco (2011). Jones e Tarp (2013) estimam que cerca de 300 mil moçambicanos entram por ano em idade activa, cerca de 1/3 do emprego formal actual (podendo chegar a 500 mil em 2025), números muito superiores à capacidade da economia gerar de emprego formal. Os grandes projectos são intensivos em capital e, portanto, pouco geradores de emprego directo.

Estes aspectos críticos derivados do padrão de crescimento económico são balanceados no discurso político com aumentos significativos do acesso à educação em todos os níveis, à saúde (número e qualidade) e com elevados investimentos em infra-estruturas²⁹. Existe a imagem de um país politicamente estável e facilitador do investimento externo. Considera-se que a democracia tem dado passos importantes em contextos políticos complexos tanto presentes como do passado regime mono-partidário de tipo autoritário³⁰.

Nos últimos anos acontecem dinâmicas importantes impulsionadas, em parte, pelos grandes investimentos e que podem conduzir a transformações estruturais de longo prazo. Destacam-se os seguintes aspectos:

- Maior crescimento do sector de serviços, sobretudo do comércio, transportes e serviços financeiros, aspecto acima referido.
- Redução do peso no PIB dos sectores produtores de bens materiais, como a agricultura, a pesca e a indústria transformadora. O ritmo de crescimento das minas é superior ao dos restantes sectores, embora ainda com um baixo peso na formação do PIB. Contudo, considerando que os grandes projectos, com excepção da Mozal e da Sasol, começaram a ser realizados a partir da primeira década deste século, poderão provocar, a prazo, mudanças na estrutura económica do país.
- A agricultura tem sofrido processos de extensificação com base nas áreas trabalhadas e no factor trabalho, de redução do capital e de estagnação ou de retrocesso dos rendimentos por hectare (Mosca, Matavel e Dada 2013). Além disso, assistiu-se, durante a última década, a uma feminização dos chefes de exploração, ao envelhecimento do chefe de exploração, à saída da agricultura das pessoas com mais escolarização, a um crescimento percentual do número de explorações com entre 2 e 5 hectares e a uma redução relativa das que possuem menos e mais deste grupo de explorações, isto é, há cada vez menos explorações muito pequenas e médias ou grandes (Mosca, Matavel e Dada 2013). Acrescenta-se a estas mudanças, o maior ritmo do crescimento populacional urbano, conforme notado por Jones e Tarp (2013). A continuidade destas dinâmicas poderá conduzir à redução da produção alimentar que é realizada em cerca de 90% pelos pequenos produtores.
- Os grandes projectos poderão, no futuro, alterar da estrutura sectorial do emprego e das fontes geradoras de rendimento no meio rural, (Jones e Tarp 2013), podendo sugerir-se que os baixos rendimentos da agricultura estão funcionalmente articulados com a lucratividade e a competitividade dos grandes projectos de mineração e da agricultura exportadora. A aplicação de políticas de aumento da produtividade agrícola, de infra-estruturas produtivas (por exemplo, regadios), de mercado e preços, de inovação técnica, de crédito, de organização dos pequenos produtores, de formação profissional, de recursos para aumento das superfícies trabalhadas por exploração, entre outras, elevarão os rendimentos agrícolas e, conseqüentemente, o custo de

²⁹ As infra-estruturas, educação e saúde concentram 23,3, 11,2% e 10,2% das despesas de investimento público de âmbito nacional. A agricultura absorve 4,1% (Mosca, Abbas e Bruna 2012). A grande crítica que existe sobre a massificação da educação e da saúde é a perda de qualidade dos serviços. Na educação superior, por exemplo, assiste-se, desde 2005, a uma queda dos indicadores número de alunos por docente e por turma, o orçamento por estudante, a qualificação do corpo docente, a qualidade das infra-estrutura pedagógicas, o peso da investigação e extensão universitária, entre outros (Mosca 2012).

³⁰ Existem avanços, mesmo que parciais, das liberdades individuais e de associação, de opinião e escrita, no sistema multipartidário e na representação parlamentar, em eleições e outros aspectos. Porém, o peso do passado recente de um sistema monopartidário está ainda muito presente, por exemplo, na falta de separação dos poderes, na discussão e aprovação de determinadas leis como é o caso da Lei de acesso à informação, na presença e influência partidária no Estado, em irregularidades nos processos eleitorais, em contextos de ameaças de retoma do conflito armado, com partidos de oposição débeis e uma sociedade civil embrionária. A crítica e o debate são, todavia, mal recebidos pelo poder.

oportunidade do trabalho agrícola, fazendo elevar os salários e, conseqüentemente, os custos de produção com o factor trabalho.

Brito (2009) acrescenta que se está a sair de uma economia de serviços (considerando o peso dos serviços do *hinterland* e da emigração) para uma economia de renda, sustentada pelas diferentes formas de obtenção de rendimentos a partir dos recursos naturais e da cooperação. Podem ainda considerar as rendas, muitas vezes obtidas de forma ilícita, como seja o trespasse dos licenciamentos das concessões de terras, do *rent seeking*, dos diversos subsídios directos e indirectos, dos benefícios fiscais e mordomias das elites relacionadas com o poder, da especulação imobiliária, entre outras. Como refere Brito (2009), “a análise esboçada com esta periodização oferece um ponto de partida e de discussão para uma necessária investigação mais aprofundada sobre as tendências actuais de evolução da economia moçambicana, que não é certamente linear nem isenta de contradições, e sobre os desafios que se colocam ao desenvolvimento do país, dados os diferentes – e por vezes conflituosos – interesses sociais e económicos que nele coexistem”.

Estes e outros indícios de transformação estrutural (estrutura económica, padrão de crescimento, e emprego) reflectem-se nas contas nacionais, particularmente na balança de pagamentos e no comércio externo. Não obstante o discurso político enfocar os aspectos positivos (entrada de capitais, equilíbrio da balança de pagamentos e abertura de Moçambique ao investimento estrangeiro), existem críticas que referem que os valores poderiam ser muito superiores, considerando: (1) a entrada em Moçambique do volume de investimento e das receitas de exportação apenas para cobrir os custos internos, sendo os restantes recursos financeiros mantidos fora do território nacional; (2) a exportação legal e ilegal de capitais (quase todos os grandes projectos têm liberdade de expatriação de 100% dos seus lucros); e, (3) o difícil controlo das contas das multinacionais.

Além dos dados mencionados anteriormente sobre as balanças de pagamentos e comercial, a entrada de capitais associados ao investimento e a balança comercial dos grandes projectos têm sido suficientes para cobrir o contínuo défice da balança comercial³¹.

Poderá estar a acontecer uma mudança na estrutura do comércio externo: de um país exportador de bens agrícolas, de serviços do *hinterland* (linhas férreas e portos) e de mão-de-obra (emigração para as minas da África do Sul) para se configurar como uma economia exportadora de recursos naturais e de *commodities* agrícolas³². A dependência de poucos produtos das exportações parece estar em curso com a preponderância do alumínio (cerca de 60% das exportações e, no futuro breve, de carvão e gás natural) assim como do peso de poucos países de origem e destino do comércio externo moçambicano³³.

³¹ “A Balança Comercial apresenta saldos negativos (défice) ao longo de toda série estudada (2001-2010) com tendência do défice aumentar. De acordo com Mosca *et al* (2012), este défice foi financiado, essencialmente, pela conta de capitais e, principalmente, pelo IDE. O saldo da balança comercial, excluindo os grandes projectos, agravou-se, ao longo de toda série, no intervalo entre os 20% e 393%, em 2002 e 2006, respectivamente (Bruna 2012:10). No período 2001 e 2010 os grandes investimentos externos (alumínio, gás, energia e tabaco) contribuíram com 70% das exportações. Só o alumínio representou entre 50% e 60%. Teve uma quebra significativa após a crise mundial de 2008/2009, devido à queda da procura e dos preços, e recuperado a partir de 2010. Os grandes projectos importam perto de 22% do total das importações e possuem um *superavit* da balança comercial, contribuindo positivamente para a Balança Comercial e de Pagamentos (Bruna 2013).

³² Sobre este assunto veja Mosca (2005).

³³ A África do Sul tem um peso de cerca de 35% do total das importações entre 2005 e 2010. Seguem-se os Países Baixos (15,2%) e Portugal (3,6%). Cerca de 55,2% das exportações destinam-se para os Países Baixos (alumínio), África do Sul representa 16,4%, Zimbábwe (3%) e o Malawi (1,5%). A principal factura para estes dois países refere-se às exportações de energia (Bruna 2013a).

A natureza da economia em desenvolvimento reflecte-se na estrutura do comércio externo, como observa (Bruna (2013), com a agravante de Moçambique ser um país importador de alimentos o que se confirma com o crescente e continuado défice da balança comercial alimentar³⁴ (Mosca e Bruna 2012).

O orçamento do Estado ainda não sofreu alterações significativas resultantes dos investimentos externos, por duas razões fundamentais: (1) os benefícios fiscais e as consequentes baixas receitas do Estado provenientes dessas actividades³⁵; e, (2) os investimentos nas principais infra-estruturas são realizados pelos grandes projectos, como por exemplo, as linhas de caminhos-de-ferro (linha de Sena e do corredor de Nacala), portos de embarque especializados (Beira e Nacala), aeroportos internacionais (Nacala) hotéis, entre outras³⁶. Em contraste, parte significativa dos investimentos públicos dirigem-se para infra-estruturas de prioridade e rentabilidade duvidosa, como por exemplo a circular de Maputo, a ponte que liga a capital do país ao distrito municipal da Catembe (vila do outro lado da baía de Maputo). A longo prazo podem existir consequências negativas pelo facto de se estarem a verificar crescentes níveis de endividamento interno e externo do Estado contando com receitas futuras.

Esta realidade acontece em contextos de um crescente aumento das despesas públicas em termos de percentagem do PIB. Este indicador passou de 25% em 2001 para 37% em 2010 (Mosca, Abbas e Bruna 2011). Isto é, crescentes recursos da economia em forma de crédito interno são absorvidos pelo Estado, aumentando as restrições de crédito para o sector privado e para as famílias. O Estado lança títulos de tesouro cujos principais subscritores são os bancos comerciais que, embora com juros mais baixos, assumem ser um crédito de risco quase zero e com custos administrativos baixos, considerando os volumes por cliente (neste caso o Estado).

“A taxa de cobertura (Exportações/Importações, em percentagem) melhorou entre 2001 e 2006 atingindo um valor perto dos 90% e a partir de então começou a diminuir em consequência das importações que começaram a aumentar mais rapidamente. Em 2009 e 2010 as exportações cobriam entre 63% e 65% das importações. Moçambique possui uma economia muito aberta ([exportações + importações/PIB], em percentagem). A taxa de cobertura variou entre 40%, nos princípios da primeira década deste século, e entre 65% e 70%, nos últimos anos.

³⁴ As principais exportações agrícolas, entre 2001 e 2009, foram o tabaco, o açúcar, o algodão e o caju. As importações mais significativas são o trigo, o milho, o arroz e o açúcar (nos últimos anos a importação deste último bem é muito limitada e cinge-se a determinados açúcares). Iguamente, o milho importado destina-se apenas às moageiras e fábricas de rações devido ao facto do milho local possuir menor taxa de conversão para a farinha e ser de mais fácil transformação industrial. Por sua vez, o milho local é fácil de ser pilado e de paladar mais apreciado. Acrescenta-se que a produção local ainda não possui produção e comerciantes que assegurem às fábricas milho sem variedades misturadas assim como escala e estabilidade de fornecimento ao longo do ano. O preço importado é, também, um pouco mais baixo (Mosca e Abbas 2013).

³⁵ Segundo dados da Autoridade Tributária de Moçambique, os grandes projectos contribuíram, em 2011, apenas com 3,5% das receitas tributárias. As empresas mineradoras contribuem com 0,9% das receitas fiscais. A grande maioria dos grandes projectos de exploração de minérios assinou os contratos com o governo moçambicano antes de 2007, ano em que houve uma reforma fiscal que aboliu várias das isenções fiscais outrora outorgadas. Por estas e outras razões, a sociedade civil tem pressionado o governo para uma renegociação dos contratos. O governo, também por pressão de organizações internacionais, nomeadamente o FMI e o Banco Mundial, informou que renegociará alguns contratos, sem mencionar quais e sobre que pontos concretos. A defesa da não renegociação baseia-se nos factores da estabilidade e credibilidade do governo, como entidade de bem e cumpridora dos compromissos. Contra argumenta-se que essa questão deixa de existir se ambas as partes estiverem de acordo em negociar.

³⁶ Este é um assunto polémico e não concluído. Com as recentes baixas de preço do carvão no mercado mundial, as multinacionais estão duvidosas em realizar estes investimentos. Ou, se os realiza, pretendem a gestão privada das vias de comunicação o que não é aceite pelo governo (por agora). As infra-estruturas especializadas constituem investimento dos mega projectos.

O IDE pode ser considerado um elemento positivo para o desenvolvimento. No entanto, para que isso aconteça é importante que as economias obtenham os seguintes benefícios:

- Retenção de valor no país, seja pela via fiscal e de divisas, seja por meio da criação de valor acrescentado, tanto o directo como o das actividades dos *clusters* que se criam em redor dos projectos e consequente contributo para o crescimento económico.
- Geração de emprego, de rendimento e de bem-estar das famílias, seja da mão-de-obra directa e indirectamente envolvida, como por eventuais efeitos dinamizadores sobre outras actividades, por exemplo, no sector agrário, transportes, energia, etc.
- Contributo para as contas nacionais (balança de pagamentos e orçamento do Estado) bem como para a estabilização das economias e das principais variáveis (inflação, taxa de câmbio e de juros) e para a segurança alimentar.
- Qualificação da mão-de-obra e absorção do conhecimento e do domínio tecnológico.

O discurso oficial enaltece o investimento em Moçambique como uma evidência da confiança dos investidores na estabilidade política e macroeconómica³⁷, prova da existência de um bom ambiente de negócios e da competitividade da economia. Justificam-se os contratos com demasiados benefícios fiscais e facilidades de operação aos primeiros grandes projectos (sobretudo o da Mozal e o da Sasol) como um sinal da abertura política e económica da governação e da vontade de construção de uma economia liberal e aberta.

Os críticos contestam o optimismo e posicionamentos da governação referindo que o investimento externo em grandes projectos existe, não por razões de competitividade e do ambiente de negócios mas sim, (1) devido à existência de recursos naturais procurados pelas grandes economias emergentes; (2) pelas facilidades de operação e devido aos benefícios fiscais; e, sem ser menos importante, (3) devido às debilidades do Estado como entidade reguladora e fiscalizadora e com baixa capacidade negocial, facilitando a assinatura de contratos favoráveis para o capital externo e permitindo “liberdades” de operação. Os indicadores internacionais do *Doing Business* e da competitividade internacional revelam que Moçambique não é um país bem colocado nas classificações e *rankings* elaborados pelas organizações especializadas (Banco Mundial e *World Economic Forum*)³⁸.

Do total do investimento realizado em Moçambique entre 2001 e 2010³⁹, segundo dados do Centro de Promoção do Investimento (CPI)⁴⁰, 55% é de Investimento Directo Estrangeiro (IDE), 40% proveio de

³⁷ Existe algum consenso em Moçambique acerca da estabilidade macroeconómica. Os discursos oficiais e das instituições de Bretton Woods persistem neste ponto. Porém, é uma afirmação não verdadeira se forem considerados os seguintes factores: taxas de inflação muito variáveis e elevadas (entre 4 e 16%); taxas de juro acima dos 20%; volatilidade elevada da taxa de câmbio, assim considerado pelo FMI e não pelo Banco de Moçambique); défice público sem recursos externos acima dos 12%; défice comercial elevado e persistente, entre outros indicadores. E, como já referido, baixa competitividade da economia, persistência de dificuldades em se fazer negócio (*Doing Business*), elevada corrupção, entre outros aspectos.

³⁸ Os dados de World Economic Forum (WEF) indicam que Moçambique, em termos de competitividade global nos últimos anos (2008-2010), encontra-se posicionado acima do 120º lugar num *ranking* de 134 a 139 países, e que a melhor posição atingida foi em 2009 (129º lugar). Em 2008 ocupou o 130º lugar em 134 países e em 2010 foi classificado na 131ª posição em 139 países (Abdula, Abbas e Natacha 2011). Quanto ao ambiente de negócios (*Doing Business*), Bruna refere: “Pela posição de Moçambique pode concluir-se que o ambiente de negócios não é favorável nem atractivo. O *ranking* apresenta uma tendência irregular. A partir de 2008 teve uma tendência a melhorar, registando a melhor posição em 2010 (Banco Mundial e *International Finance Corporation* 2011), no entanto piorou bastante em 2011”. Actualmente, Moçambique faz parte dos 15% de países com piores ambientes de negócios, ou seja, existem bastantes dificuldades para se fazer negócio no país.

³⁹ Dados referentes aos investimentos aprovados.

empréstimos diversos (banca comercial estrangeira e linhas de crédito governamentais), e 5% de investimento nacional. A entrada de capitais é muito variável ao longo dos 10 anos devido à existência de grandes projectos com mais de mil milhões de dólares aprovados⁴¹. Sobre este aspecto, Abbas (2013^a) refere que:

“O sector dos recursos minerais e energia é o que retém maior parte do total do investimento aprovado entre 2001 e 2010, cerca de 37%. De seguida tem-se o sector da agricultura, cuja percentagem é de 27%. Os sectores industrial e do turismo e hotelaria detêm 13% e 10%, respectivamente, do total do investimento aprovado.”

Se do valor do sector agricultura for retirado o investimento realizado nas florestas, açúcar, algodão, caju e tabaco, o que resta de investimento para as culturas alimentares é inferior a 5%.

Foi referido anteriormente que o crescimento económico é pouco gerador de emprego. O mesmo acontece com os grandes projectos, particularmente com as empresas mineradoras⁴².

Um trabalho da ONG britânica *Jubilee Debt Campaign* realizado com outros parceiros institucionais sobre a Mozal em 2012 revela dados interessantes sobre este empreendimento em Moçambique e que atestam o referido ao longo deste trabalho⁴³.

A rentabilidade e expectativas acerca da qualidade e quantidade de carvão em Tete têm vindo a ser interrogados. Um artigo de Clyde Russell publicado pela agência noticiosa *Reuters* a 12 de Fevereiro de 2012⁴⁴ afirma que o carvão de Moatize, para ser competitivo, não deve custar mais de 120 dólares no porto de embarque, considerando o preço de 150\$ no mercado internacional. Este será um desafio, considerando o financiamento necessário para tais investimentos⁴⁵.

⁴⁰ A informação estatística apresentada sobre o IDE tem como fonte os projectos aprovados pelo Centro de Promoção de Investimentos (CPI) e foram tratados por (Abbas 2013a).

⁴¹ “Nos dois últimos anos, os grandes projectos representavam 84% e 70% do volume de investimento dos respectivos anos. E menos de 2% do número total dos projectos desses mesmos anos” (Abbas 2013a). Esta constatação é semelhante ao verificado ao longo da década estudada neste texto.

⁴² O sector de minas é o menor gerador de emprego em função do volume de investimento, necessitando em média 4,55 milhões de dólares por posto de trabalho.

⁴³ “BHP Billiton relata que fez um lucro de \$800 milhões entre 2005/06 e 2011/12, uma média de \$114 milhões por ano. Se a Mitsubishi teve lucros proporcionais a estes, os dois proprietários privados da Mozal fizeram, colectivamente, mais de \$175 milhões de lucro por ano no projecto da fundição de alumínio (antes dos eventuais impostos no Reino Unido, Austrália e Japão). Tal taxa de lucros seria mais do que 11 vezes a receita do governo de Moçambique. “Estimamos que a BHP Billiton tenha investido \$520 milhões na Mozal. Entre 2005/06 e 2011/12, os extractos financeiros da BHP Billiton dizem que estes receberam uma média de \$114 milhões de lucros anuais da fundição. A taxa anual de retorno sobre o capital investido ronda, portanto, os 22%.

“... Estimamos que, colectivamente, os investidores estrangeiros, governos e bancos públicos de desenvolvimento têm recebido uma média de \$320 milhões por ano da fundição, em contraste com os \$15 milhões do governo de Moçambique. Por cada \$1 pago pela fundição ao governo de Moçambique, \$21 deixam o país em lucros ou juros de governos e investidores estrangeiros.

“... Nós estimamos que apenas \$200 milhões da receita anual de \$1.2 bilhões da Mozal entra na economia de Moçambique. O resto, paga importações, é gasto em pagamentos da dívida da empresa, ou sai como lucro” (*Jubilee Debt Campaign 2012*, em várias páginas).

⁴⁴ Ver o artigo neste endereço <http://www.clubofmozambique.com>

⁴⁵ O carvão de Moçambique possui vantagens comparativas relativamente a outras zonas ricas neste mineral que são os seguintes: (1) mão-de-obra barata, mesmo considerando a produtividade do trabalho; (2) benefícios fiscais; (3) proximidade da zonas extractivas do portos de embarque e; (4) proximidade das principais zonas de consumo (sul da Ásia – Índia e China). Há indicações da existência de carvão de boa qualidade.

Os grandes projectos e o governo afirmam contribuir para a formação de quadros locais, defendendo ser este um benefício para o país. Conforme já referido, este facto resulta da existência de poucos técnicos dos diferentes níveis (incluindo de operadores de máquinas, electricistas, mecânicos, torneiros, etc.) e nas diversas especialidades⁴⁶. Para obviar este défice, as multinacionais formam operários no país de origem do capital, financiam escolas técnicas, recrutam os estudantes finalistas e dão formação no trabalho. Estas acções podem ser consideradas como estratégias de minimização de custos, pois importar técnicos torna-se muito mais caro (salários mais elevados, custos de transporte, acomodação, subsídios de férias, etc.).

Entretanto, no que diz respeito à formação de quadros do sector público (que também têm beneficiado de bolsas de estudo financiadas pelas mineradoras), Selemene (2013) nota que o Estado moçambicano deveria ter uma estratégia de formação independente das vontades e patrocínios das multinacionais, como forma de garantir isenção.

2.4 Os grandes projectos de mineração e os reassentamentos

Esta secção refere-se às extensões de terra concessionadas a cada um dos projectos, ao número de famílias/pessoas reassentadas e aos conflitos gerados nos processos de reassentamento. Argumenta-se contra a visão segundo a qual é inevitável reassentar pessoas e bens para dar lugar aos grandes projectos de mineração, porque eles são económica e socialmente mais rentáveis do que todas as outras actividades socio-económicas que possam ter lugar no mesmo espaço geográfico rico em minérios.

Essa visão orientou e também reflecte o estatuído pela Lei de Minas (Lei nº 14/2002). A mesma prioriza o uso da terra para fins mineiros (nº 2 do art. 43 da Lei nº 14/2002, de 26 de Junho), relegando para o plano secundário a habitação, a agricultura e as pastagens, infra-estruturas, etc. Esta disposição legal estabelece que “o uso da terra para operações mineira tem prioridade sobre os outros usos da terra quando o benefício económico e social relativo das operações mineiras seja superior.” Não há estudos comparativos (pelo menos que sejam do conhecimento público) que afirmem a referida superioridade dos benefícios económicos e sociais da mineração sobre outras actividades (Selemene 2012a).

Actualmente, são três os grandes projectos de mineração a operar em Moçambique (há vários outros ainda em fase de implantação): (1) de areias pesadas de Moma, na província de Nampula, realizado pela companhia irlandesa Kenmare; (2) o projecto da Vale Moçambique de carvão mineral sito em Moatize, província de Tete, ocupa uma área de 23.780 hectares. Reassentou 1.313 famílias, perfazendo um total de mais de 5 mil pessoas reassentadas em dois locais diferentes (Cateme, a 40 Km de Tete, e no Bairro 25 de Setembro, na Vila de Moatize); (3) o projecto da Rio Tinto, localizado em Benga, província de Tete, ocupando uma área de 4.560 hectares. Porém, a totalidade de terra concessionada à empresa Rio Tinto é de 127.900 hectares. Os três projectos reassentaram 2.058 famílias (entre onze e doze mil pessoas), das quais 1.913 no distrito de Moatize (600 da Rio Tinto e 1.313 da Vale Moçambique).

O reassentamento de pessoas para dar lugar à implantação de grandes projectos de exploração mineira tem sido a face mais visível, mais problemática e a que mais se faz sentir nas populações residentes nas áreas onde esses projectos se localizam. Isto porque:

- A deslocação de pessoas acontece sempre antes da implantação/operacionalização dos projectos de mineração;

⁴⁶ No caso de Moçambique, este aspecto é particularmente acentuado em consequência da política educacional que secundarizou o ensino profissional médio e básico durante mais de três décadas. Em consequência e a curto prazo, existe um vasto número de imigrantes dos países vizinhos (Malawi, Zimbabwe, Zâmbia, etc.) e de outras províncias do país.

- Todos os reassentamentos realizados até agora foram mal negociados, envolveram muito pouco diálogo, muitas promessas irrealizáveis e outras nunca cumpridas⁴⁷. O património, tanto o tangível como o não tangível, não é valorizado, nem as indemnizações obedecem a critérios e valores previamente definidos;
- Os reassentamentos têm sempre implicado mudanças profundas nas estruturas socio-económicas e culturais das populações reassentadas, a organização social e espacial das famílias e das actividades económicas são alteradas (distância das parcelas agrícolas, das pastagens e das fontes de água, dos mercados e serviços, etc.). Na maioria parte dos reassentamentos, as populações foram transferidas para zonas com terras menos férteis, mais distantes dos centros urbanos e dos mercados e com maiores dificuldades de acesso à água potável e outros serviços, Selemane (2010); Mosca e Selemane (2011 e 2012)⁴⁸. Conforme documenta Selemane (2010) no seu relatório de monitoria das actividades mineiras “Questões à volta mineração em Moçambique”, três anos depois do reassentamento, a população afectada pelo projecto de areias pesadas da Kenmare continuava a protestar contra a falta de terras para cultivo, falta de água potável, de mercado e escola – contestações reconhecidas como legítimas tanto pelas autoridades do governo distrital de Moma como da direcção da empresa Kenmare.

Considerando os aspectos acima indicados, pode afirmar-se que os reassentamentos têm desestruturado em grande medida, a vida da população camponesa afectada pelos grandes projectos de mineração. Em todos os reassentamentos tem havido protestos, seja por parte das pessoas reassentadas, como por parte de organizações cívicas e da comunicação social independente. O maior, mais mediático e também mais violento protesto contra as más condições de reassentamento e falta de cumprimento das promessas feitas por um investidor num grande projecto mineiro (companhia brasileira Vale), aconteceu em Janeiro de 2012. Centenas de famílias transferidas de Moatize para Cateme decidiram impedir a circulação de comboios com carvão na linha férrea que liga Moatize ao porto da Beira (a chamada Linha de Sena). A concorrente e vizinha mineradora Rio Tinto também foi alvo de protestos populares exigindo celeridade no pagamento das indemnizações resultantes da ocupação dos seus campos de cultivo (machambas) para exploração mineira. Relatos da imprensa deram conta de, pelo menos, vinte e cinco famílias que a 28 de Junho de 2012 terão decidido impedir o acesso dos funcionários daquela mineradora aos escritórios⁴⁹. A

⁴⁷ As consultas populares para o reassentamento são pouco efectivas. As comunidades não possuem conhecimento da legislação, não têm informação sobre as actividades a realizar e as condições futuras. Não são realizados acordos escritos e, geralmente, não são assessoradas, gerando vários conflitos entre as comunidades e as mineradoras (Selemane 2010).

⁴⁸ Transcreve-se um extracto do jornalista Matias Guente no Canalmoz de 1 de Novembro de 2012, num artigo de opinião com o título *Para quê morrer para conhecer o inferno*: “Quando o primeiro-ministro, Alberto Vaquina, foi estrear-se no parlamento aquando das informações do Governo, solicitadas pelas bancadas parlamentares, houve uma tremenda coincidência. Enquanto Vaquina falava de Cateme, eu estava em Cateme e escutava o debate em directo. Escutei o Primeiro-Ministro a dizer – o que aliás acabou por ser reproduzido por todos os órgãos de comunicação social – que a vida da população de Cateme não tem comparação com qualquer outro povoado de Tete; Em Cateme há casas melhoradas; Em Cateme vive-se bem; Que em suma a população de Cateme anda feliz da vida porque o Governo de que Vaquina é primeiro-ministro e ex-governador salvou-a. Ouvi isso enquanto conversava com um casal com três filhos que lamentava para mim o “inferno” que vivem naquele deserto chamado Cateme. Lamentavam que não tinham nada para comer porque em Cateme nada se produz e o terreno é composto por rochas e pedras. Lamentavam que quando foram obrigados a abandonar as suas terras nem tiveram tempo de levar o gado que tinham. Lamentavam que em Cateme nada fazem, se não sentir calor e dormir, de resto, únicas actividades possíveis, naquele deserto propositadamente edificado”.

⁴⁹ Ver, por exemplo, no jornal Diário de Moçambique, edição de 2 de Julho de 2012, a notícia: “camponeses montam barricada na empresa Rio Tinto em Benga.”

resposta do governo incluiu uma repressão violenta conforme atesta o jornal SAVANA de 13 de Janeiro de 2012⁵⁰.

Os reassentamentos são realizados considerando apenas o factor “urbanístico”. Construção de casas de qualidade e tamanho variável e arruamentos. Não existem nesses locais acções de extensão rural, prestação de serviços à produção, comercialização, e de outros serviços aos produtores agrícolas e criadores, Mosca e Selemane (2011). Existem locais de reassentamento construídos e habitados há mais de um ano estando a população a ser abastecida de água, diariamente, por camiões cisternas que a (Mosca e Selemane 2011).

Pelas razões expostas, o governo criou o Decreto 31/2012, de 8 de Agosto, com vista a regulamentar as modalidades de prática e supervisão dos processos de transferência de pessoas e bens, para dar lugar a actividades económicas, em geral, e aos grandes projectos de mineração, em particular. O referido decreto pode considerar-se resultante das pressões socio-políticas e da grande demanda de recursos minerais exercidas no território nacional e no governo, para dar novo rumo aos processos de reassentamento. Como o próprio governo reconhece no preâmbulo do decreto:

“A crescente demanda pelos recursos naturais no país tem vindo a ditar a necessidade de mais espaços físicos para a implantação de empreendimentos económicos, que impliquem o reassentamento de populações em outras áreas, sem a observância dos aspectos socio-económicos e culturais.”

Se por um lado, a aprovação do decreto acima referido pode ser considerada um grande passo em frente, por outro, é notória e preocupante a fraca capacidade de cumprimento e de fazer cumprir as leis em Moçambique.

Mosca e Selemane (2011: 51) afirmam que:

“Os reassentamentos podem ser considerados como reservas de mão-de-obra barata, com baixos custos de transporte e, eventualmente, fáceis de recrutar. Apenas uma visão governativa e empresarial de curto alcance não se preocupa com o bom relacionamento dos agentes económicos com a população, pela melhoria da qualidade de vida dos potenciais futuros trabalhadores. Ou, hipoteticamente, manter as pessoas em situação de pobreza pode constituir uma forma de manter baixo o custo das oportunidades de trabalho, permitindo a prática de salários reduzidos.”

Nos reassentamentos, as empresas mineradoras constroem casas, centros de saúde e escolas. Algumas contribuem na construção da estrada entre a zona do reassentamento e a estrada mais próxima. Abrem poços de água. Entendem estas e outras obras como parte do que designam por responsabilidade social corporativa ou empresarial⁵¹. Em termos de princípio, é discutível se devem ser as empresas

⁵⁰ “A Força de Intervenção Rápida (FIR) lançou gás lacrimogénio e espancou manifestantes que na madrugada desta terça-feira bloquearam a passagem de comboio carregado de carvão da mineradora brasileira Vale Moçambique em protesto ao não cumprimento pela empresa das promessas feitas para o reassentamento de mais de 700 famílias no bairro de Cateme, distrito de Moatize, província de Tete”, SAVANA edição nº 940.

⁵¹ “Como resultado da crescente concentração no sector extractivo e desenvolvimento social, ao longo da última década ou mais, a RSE (Responsabilidade Social Empresarial) surgiu como um enquadramento para a formulação e execução de um papel mais alargado do sector empresarial na sua contribuição para os elementos socioeconómicos do desenvolvimento social. De uma perspectiva empresarial a RSE, quando efectivamente aplicada, permite que a empresa extractiva opere sem interrupções e desfrute de uma melhor reputação nos círculos governamentais e perante o público investidor.

No entanto, a experiência mostra que a resposta de algumas empresas ao novo imperativo de RSE é por vezes problemática, na medida em que em alguns países os enquadramentos de RSE foram mal definidos, não contêm indicadores mensuráveis e métodos de avaliação, estão em aberto em termos de expectativas, custos, intervenientes

multinacionais a construir essas infra-estruturas ou se isso é função do Estado alocando parte das receitas dos impostos para benefícios das comunidades directamente afectadas ou das verbas que legalmente estão estabelecidas reverterem para as comunidades. Argumentam que possuem centros e acompanhamento médico nas minas e refeitórios. Porém estas acções devem ser compreendidas como vantajosas para as empresas como meio de evitar maiores índices de absentismo, maior produtividade, mais controlo/fidelização sobre os operários e técnicos.

No concernente à responsabilidade social dos grandes projectos, Selemene (2012b) faz uma crítica ao estudo encomendado pelo Ministério dos Recursos Minerais (MIREM) às empresas de consultoria Inter Praxis e Do It, tanto nos aspectos metodológicos, de constituição da equipe de trabalho, como de questões de princípio, filosofias e concepções ideológicas subjacentes às propostas e ao objectivo/eficácia do relatório como instrumento de gestão do MIREM. A síntese das críticas está patente na frase citada após o título do artigo: “As empresas [extractivas] estão no negócio para terem lucro e não para fazer projectos sociais”.

O debate acerca da responsabilidade social centra-se em saber, ou definir (legislar), em cada caso, os limites do papel das empresas, do Estado e das comunidades, sabendo que as primeiras têm responsabilidades de restituir as condições ambientais e ecológicas (caso a exploração produza externalidades ambientais negativas), assegurar a continuidade dos processos produtivos económicos e sociais encontrados, indemnizar pelos danos causados e perdas de condição económica e social presente e futura, estabelecer relações com o tecido económico e social que assegure estabilidade para o exercício das suas funções.

Ao longo deste texto transparece, claramente, que a responsabilidade das empresas mineradoras não está sendo tomada em consideração. Tão pouco existe capacidade, vontade ou transparência que permitam ao Estado ter intervenções prudentes e benéficas para os cidadãos em questões relacionadas com o ambiente, a transparência, os conflitos laborais. Os reassentamentos indicam que as mineradoras não assumem a sua responsabilidade social e o Estado não faz cumprir e/ou nem tem legislação para o efeito. As autoridades reagem negativamente às observações da sociedade civil e das comunidades, demonstrando pouca abertura e espírito democrático.

3. PRODUÇÃO ALIMENTAR

A relação entre os grandes projectos e a produção agrícola e a segurança alimentar deve ser precedida de uma breve análise da política agrária e da evolução da agricultura a fim de verificar-se se existiram mudanças significativas após o início dos grandes projectos no país.

e resultados, desviam a atenção do negócio principal e são, aparentemente, impossíveis de implementar com sucesso.

A RSE agora é muitas vezes vista como um enquadramento adequado dentro do qual se pode incorporar estas aspirações. A RSE pode orientar de forma apropriada o investimento social e ambiental num contexto de um investimento comercial viável. Pode fornecer o enquadramento

Ao mesmo tempo, a RSE fornece um enquadramento no qual as exigências de desenvolvimento sustentável são cumpridas. Pode garantir que a extracção seja conduzida de forma ambientalmente sustentável. Pode fornecer o enquadramento no qual o crescimento inclusivo pode ser alcançado, onde as comunidades prosperam e os meios de subsistência são melhorados. Pode fornecer o enquadramento legal onde práticas justas são adoptadas e respeitadas, e onde os direitos humanos e princípios empresariais responsáveis são respeitados” (InterPraxis Consulting 2012).

É feito um pequeno resumo dos elementos principais da política agrária moçambicana, os resultados e quais os sinais de mudança com a entrada em funcionamento dos grandes projectos.

3.1 Política agrária

A política agrária ao longo das últimas três décadas tem-se revelado descontínua e errática (Mosca 2010). A prioridade do sector agrário nas políticas de desenvolvimento e prevista na Constituição da República⁵² não tem sido correspondida com acções condizentes. A alocação de recursos do orçamento do Estado (do investimento público e da cooperação⁵³, privado⁵⁴ e do crédito), revelam essa secundarização da agricultura, Mosca (2010) e Cassamo⁵⁵ (2012).

Não são conhecidas acções de regulação e medidas eficazes de redução das distorções dos mercados e preços agrícolas. A privatização foi caótica e, durante anos, sem alternativas de estratégia para as principais culturas até então produzidas em monopólios estatais (açúcar, algodão, avicultura caju, chá, citrinos, madeiras, etc.)⁵⁶.

Em relação aos pequenos produtores, não são evidentes políticas de incentivo para a organização em associações, programas de investigação com escala e adaptados às condições locais⁵⁷, ampliação da extensão rural⁵⁸ como um dos mecanismos indutores da inovação tecnológica e outros serviços de promoção da produção e dos rendimentos das famílias.

⁵² Desde a independência que a agricultura é considerada a “base do desenvolvimento nacional”, conforme é mencionado no Artigo 103, Número 1 da Constituição da República de Moçambique. No Número 2 do mesmo Artigo, especifica-se que “O Estado garante e promove o desenvolvimento rural para a satisfação crescente e multiforme das necessidades do povo e o progresso económico e social do país”.

⁵³ Sendo Moçambique um país com grande dependência de recursos externos (investimento directo estrangeiro, cooperação e donativos), entre 2005 e 2011, a agricultura foi contemplada com 7,6% do total de influxos da cooperação, (ODAmoz, 2008).

⁵⁴ Entre 1992 e 2003, a agricultura representou 9,8% do investimento total realizado e aprovado pelo Centro de Promoção do Investimento (CPI), Mahomed (s/ data). Num período mais amplo (entre 1990 e 2005), Almeida Matos (s/ data) refere que o IDE na agricultura representou sensivelmente a mesma percentagem: 8,9%.

⁵⁵ Cassamo faz uma análise detalhada da alocação de recursos do Estado, com incidência para o sector agrário, tendo chegada às seguintes conclusões mais relevantes para o objecto deste texto: (1) o volume de recursos não está em consonância com a constituição da República, com o discurso político, nem com as recomendações da reunião de presidentes da União Africana de Maputo realizada em 2003; (2) os recursos da agricultura não são alocados às regiões de maior potencial produtivo; (3) existem ineficácias e aplicações indevidas do orçamento que alcançam, em alguns anos, cerca de 40% do orçamento total da agricultura.

⁵⁶ Os níveis de produção das culturas de exportação sofreram quedas de produção para menos de 10% do potencial produtivo e de volumes já realizados antes e depois da independência (princípio dos anos oitenta). O discurso oficial enfatiza os efeitos do conflito armado interno (1976-1992) e a mudança da situação internacional (queda do muro de Berlim, crise internacional, etc.) para justificar a evolução da agricultura. Porém, a ausência de políticas agrárias e de investimentos (internos e externos) é também um factor.

⁵⁷ “Um estudo da despesa pública na agricultura, elaborado pelo Banco Mundial (2011), indica que a investigação agrária recebia apenas 0,24% do Produto Interno Bruto gerado pela Agricultura (AgPIB), o que corresponde a 3 vezes menos a média da África Sub-Sahariana. Os países desenvolvidos, com 1,99%, estão próximos do investimento considerado ideal (2%) para obter os resultados desejados na investigação e inovação agrária” (Uaiene 2012).

⁵⁸ Uaiene, Arndt e Masters (2009) e Cunguara (2011) concluem que a extensão pode permitir um incremento de rendimentos dos beneficiários em cerca de 12%, muito embora se admita que os serviços de extensão estão, geralmente, associados ao fornecimento de insumos. Cunguara (2011:51) afirma: “... Moçambique possui menos de um pesquisador agrário por 50 mil habitantes, comparado com 1:2500 na vizinha África do Sul e 1:400 nos países desenvolvidos”. No mesmo trabalho Cunguara (pág. 51) revela: “Em 2008, apenas 8% dos produtores foi visitado

Mosca (2011:85), observa:

“Em termos de gestão dos instrumentos de política económica, não foram em 35 anos definidas políticas de subsídios ou de benefícios fiscais à agricultura. Não existiram incentivos e apoios à modernização tecnológica depois das reformas económicas em 1987⁵⁹. Algumas políticas, como a sobrevalorização da taxa de câmbio, foram negativas para a agricultura⁶⁰. Não houve uma política de utilização de regadios e de água pelos agricultores⁶¹. As zonas de maior potencial produtivo, mais populosas e com melhor acesso aos mercados e infra-estruturas, não foram priorizadas na alocação de recursos. Não existem políticas assistencialistas ou de discriminação positiva para o desenvolvimento das zonas com *handicaps* de diversa ordem (baixo potencial produtivo, menor densidade de infra-estruturas e demográfica, de serviços públicos, factores de interioridade, etc.). A investigação agrária foi secundarizada e não foram estruturados mecanismos de transferência tecnológica, não obstante terem existido importantes acréscimos no capital de conhecimento produzido”⁶².

Nas palavras de Mosca (2012: 42 e 43), os camponeses e trabalhadores rurais, os pequenos e micro empresários formais e informais, não constituem bases de alianças do poder. Estão, na sua grande maioria, excluídos do modelo de crescimento e do padrão de acumulação, o que se reflecte na evolução da pobreza e das desigualdades sociais no meio rural, comparado com os centros urbanos entre 2003 e 2008⁶³.

A segurança alimentar não possui reservas físicas e/ou alimentares. A nível das famílias (dos pequenos produtores agro-pecuários), não obstante as limitações, apenas 12,3% afirmaram não possuir qualquer estratégia para aliviar a falta de alimentos, INE (Censo Agro-Pecuário 2011). Das estratégias das famílias, ressalta-se a procura de outras actividades fora da exploração agro-pecuária (7,05% do total das explorações), 6,5% socorrem-se de poupanças, 6,46% procura aumentar o factor trabalho através da ajuda mutua com pessoas de outras famílias e 4,23% reforçam o trabalho com membros do agregado familiar,

por extensionistas, comparado com 15% em 2005 Cunguara & Hanlon (2010). Apenas um terço dos distritos rurais está sendo atendido pelos serviços públicos de extensão (Gêmo, Eicher & Teclemariam 2005). A extensão rural está, deste modo, a perder a oportunidade de contribuir para o aumento da produtividade agrícola dos produtores, mediante a difusão de tecnologias melhoradas”.

⁵⁹ A partir de 1987 implementou-se o Programa de Ajustamento Estrutural (designado “nacionalmente” por Programa de Reabilitação Económica – PRE). A filosofia, concepção e medidas aplicadas são semelhantes às praticadas em outras economias sob os auspícios do FMI e do Banco Mundial. Para uma leitura sobre o caso moçambicano, veja Mosca (2005).

⁶⁰ Foi anteriormente mencionado que um estudo da USAID (2011a) estima uma sobrevalorização de cerca de 11% da taxa de câmbio, tendo concluído acerca dos efeitos sobre as exportações, preços dos bens de consumo (em concorrência com os produtores nacionais), etc. Mosca e Máriam (2013:43) concluem sobre a relação entre os preços locais e os internacionais (onde a taxa de câmbio tem grande importância): “Em 2010 os preços dos produtos analisados no mercado internacional, nomeadamente milho, arroz e amendoim, eram mais baixos que os praticados no mercado nacional. Em 2011 verificou-se a situação contrária para o milho e o amendoim, ou seja, os preços praticados internamente eram mais baixos que os internacionais. No entanto, o mesmo não se verifica para o arroz, pois, apesar do preço internacional ter aumentado de 2010 para 2011, este manteve-se inferior ao preço do mercado nacional. Em resumo, pode afirmar-se que, regra geral, os preços internacionais possuem flutuações que colocam os preços internos acima ou abaixo dos praticados internacionalmente. Isto é, a competitividade da produção local não está assegurada.”

⁶¹ Segundo o inventário nacional de regadios de 2003, existiam, então, cerca de 118 mil hectares de terras infra-estruturadas e, apenas, cerca de 40 mil hectares (perto de 34%) estavam sendo utilizados (Mosca (2010). Em 2010 elaborou-se o documento do Ministério da Agricultura (2010) *Estratégia de Irrigação* e, a partir de então, existem grandes financiamentos com recursos externos (principalmente do Banco Mundial) para a reabilitação e construção de regadios”.

⁶² Para uma leitura desenvolvida sobre a evolução da pequena agricultura em Moçambique ao longo da última década, veja Mosca (2012b).

⁶³ Mais abaixo estão indicadas algumas informações estatísticas sobre este assunto.

INE, Censo Agro-Pecuário (2011). O empresário empreendedor schumpeteriano é muito escasso, o que reforça as dificuldades para a empresarialização e transformação estrutural da pequena exploração.

3.2 Evolução recente do sector agrário

Os factos acima apresentados reflectem-se nos resultados do sector ao longo dos últimos anos. Por exemplo, são de destacar os seguintes factores:

- Dados da FAO, apresentados na Estratégia de Desenvolvimento Rural (Governo de Moçambique 2007: 11), revelam que a produção agrícola por habitante em Moçambique, entre 1970 e 2003, decresceu aproximadamente 50%. Os valores de 2003 são inferiores aos apurados pela FAO para o ano de 1980;
- A produção da maioria dos bens exportáveis ainda não recuperou os níveis verificados nos anos setenta. São os casos, por exemplo, do algodão, chá, caju, citrinos, copra e sisal;
- A produção por hectare tem sofrido ligeiras mudanças, geralmente com redução da produtividade. Entre 1991/1992 e 2007/2008, segundo Uaiene (2012:57), o milho passou de 620 quilos por hectare para 450 O arroz de 1.280 quilos para 640. A mapira (sorgo) de 520 para 340 quilos. Segundo a 3ª avaliação nacional da pobreza (2010), o índice de produtividade da produção de calorias baixou em 15% entre 2002 e 2008. Para o mesmo período, a mesma fonte indica que a produção de calorias *per capita* diminuiu em 6,3%;
- Em termos percentuais, a pobreza estabilizou entre 2002 e 2008 a uma taxa de 54,1 e 54,7% respectivamente, Ministério da Planificação e Desenvolvimento (2010). Porém, em termos absolutos houve um aumento da pobreza em cerca de 2,8 milhões de pessoas, Mosca *et al* (2011). Isto é, o crescimento económico médio de entre 6 e 8% por ano, durante o mesmo período, não absorve a mão-de-obra “entrante” no mercado de trabalho e é gerador de mais pobreza. Os dados da 3ª Avaliação Nacional da Pobreza, Governo de Moçambique (2010), indicam uma taxa de pobreza rural maior que nas cidades (56,9% e 49,6%, respectivamente), menores desigualdades sociais (0,367 e 0,581 do coeficiente de Gini), um agravamento da pobreza no meio rural (passou de 55,3% em 2002-03 para 56,9% em 2008-09) enquanto que, no mesmo período, aconteceu uma redução da pobreza de 51,5% para 49,6% no meio urbano;
- O défice da balança comercial alimentar entre 2000 e 2010 aumentou, tornando o país mais dependente da importação de bens alimentares, Mosca e Bruna (2012);
- Grande parte da indústria agro-alimentar paralisou após os anos oitenta do século XX. Assim aconteceu com a indústria do caju, têxtil, dos citrinos (sumos e preparação para exportação), do chá, entre outras⁶⁴.

A utilização de insumos, de tracção animal ou meios não manuais de realizar o maneio da terra, de crédito e a quantidade das principais infra-estruturas produtivas, diminuiram ou mantiveram-se sensivelmente em níveis semelhantes ao longo dos últimos anos (INE 2011).

Considerando esta evolução dos factores de produção, é de supor que os aumentos de produção total que se possam ter verificado entre 2000 e 2010 são resultantes de aumentos dos factores trabalho e terra, com eventuais reduções da relação capital/trabalho e capital/terra, isto é, assiste-se a uma intensificação do factor trabalho e da expansão da superfície. Esta primeira constatação, através do método dedutivo e

⁶⁴ Várias razões existem para o colapso de quase todos os ramos da agro-indústria. O conflito armado, as privatizações caóticas e sem estratégias alternativas, (Mosca 2010), decisões governamentais impostas pelas instituições de Bretton Woods, como no caso do caju (Leite 1999; Fauvet e Mossse 2004), a importação de roupa usada e a diminuição da produção de algodão, foram, porventura, as razões mais importantes. Para uma visão geral sobre as privatizações em Moçambique, veja Pitcher (2000 e 2003) e Castel- Branco, Cramer e Hailu (2001).

fundamentada em dados estatísticos primários, permite ainda concluir que não existiram transformações estruturais positivas na agricultura e, em particular, na pequena exploração.

Em resumo, a agricultura desempenhou em menor dimensão o seu papel básico de assegurar a alimentação, fornecer matérias-primas à agricultura e contribuir positivamente para a balança de pagamentos no período entre 2001-2010, considerando as décadas anteriores.

3.3 Produção e segurança alimentar pós grandes projectos

Seria prematuro analisar de forma conclusiva sobre a relação entre grandes projectos e a produção e segurança alimentar. Porém, existem alguns sinais e comportamentos económicos que indiciam a hipótese de que os grandes projectos podem secundarizar ainda mais a produção e a segurança alimentar. Esta hipótese baseia-se nos seguintes elementos de análise: (1) no discurso político; (2) nas políticas e medidas de política económica; e, (3) na actuação dos grandes projectos nos locais onde se implantam.

O eixo do discurso político alterou-se da agricultura como “base de desenvolvimento” para os grandes projectos. Em Maputo multiplicam-se *workshops* e conferências sobre este tema. As empresas de consultoria desdobram-se para cativar os novos potenciais clientes bilionários⁶⁵. Investigadores e centros de estudo centram agora as suas atenções nas diferentes problemáticas em redor dos mega projectos. As elites políticas e económicas parecem eufóricas pelas expectativas de Moçambique se tornar um país rico e procuram negócios e especulação com a venda/aluguer de licenças de exploração mineira por milhões de dólares⁶⁶.

A cooperação externa repensa a estratégia de cooperação com o Estado moçambicano. Vários países tradicionalmente cooperantes com o Estado anunciam a redução do apoio directo ao governo através de fundos alocados ao orçamento do Estado e preferem a cooperação directa através de projectos. Vários serviços importantes do Ministério da Agricultura (por exemplo, a investigação e a extensão rural), que dependem, em grande parte, de recursos externos (podendo chegar a 80% dos respectivos orçamentos), poderão vir a ser afectados no novo cenário da cooperação.

Estes efeitos – retirada gradual da ajuda externa do apoio directo ao orçamento do Estado – traduzir-se-ão, certamente, em baixas das receitas orçamentais, excepto se a máquina tributária aumentar a sua eficácia contra a fuga ao fisco, a corrupção baixar⁶⁷ e existirem grandes aumentos do volume de impostos. Esta última possibilidade não é previsível pelas seguintes razões: (1) o crescimento económico tem tido, nos últimos anos, uma tendência de desaceleração (Mosca, Abbas e Bruna 2011); (2) as taxas de impostos já são consideradas elevadas (32% de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas); e, (3) existirem renegociações sobre as cláusulas fiscais. Esta última possibilidade é, certamente, a mais provável, desde que exista a renegociação das condições fiscais.

⁶⁵ Um técnico jurista do escritório de advogados Sal & Caldeira, baseado em Maputo, publicou um texto num boletim do seu escritório em que, em nome da estabilidade, defendia a não renegociação dos contratos, acusando de irresponsabilidade as vozes que defendem a renegociação. Afirma, no fim do texto, que a busca de milhões de dólares a curto prazo, podem-se sacrificar biliões de dólares no futuro.

⁶⁶ Existe um documento “não oficial” que revela os licenciamentos para mineração na província de Tete, cobrindo grande parte do território provincial. Uma parte significativa dessas licenças pertencem a famílias e nomes da política e dos negócios que buscam renda pois não possuem capital, conhecimento ou qualquer intenção de investir no sector.

⁶⁷ Pode-se ler no documento de Marcelo Mosse e Edson Cortez (2006: 16): “... a corrupção nas Alfândegas era caracterizada pela facilitação do contrabando, pela má classificação das mercadorias e pela sua subvalorização. Por outro lado, práticas de extorsão também foram e têm sido relatadas nos meios de comunicação social ligando-as a funcionários que conseguem estar na posse de informação delicada sobre um caso de contrabando”.

O contributo fiscal dos mega projectos não tem, nem terá nos próximos 5 a 10 anos (excepto se houver renegociação dos contratos nesse sentido), grande significado, afectando a capacidade do Estado para intervenções fortes na agricultura e, em particular, na produção alimentar e na segurança alimentar. Sabe-se que todos os países desenvolvidos e os emergentes possuíram, e possuem, políticas de intervenção e apoios diversos à agricultura e ao meio rural (subsídios à produção, preços de garantia, protecção dos mercados internos, apoio de sustentação dos rendimentos aos agricultores, participação em investimentos de modernização do sector agrário, subsídios à exportação, etc.)⁶⁸. Os principais investimentos que se estão a realizar são, ainda, principalmente financiados pela cooperação externa, como por exemplo a implementação da estratégia de irrigação.

A Estado pode possuir maiores reservas de divisas para importação de bens em situação de emergência e insegurança alimentar conjuntural⁶⁹. Porém, nas cheias verificadas no mês de Fevereiro de 2013 não foi evidente a existência de recursos para esse fim. O país recebeu ajuda alimentar e em dinheiro de parceiros internacionais e moveu uma campanha interna para a recolha de géneros alimentícios, e outros, em solidariedade para com as vítimas das cheias. Outros meios (helicópteros, barcos, carros bombeiros, etc.) foram muito escassos, o que pode revelar que os recursos não foram anteriormente canalizados para aumentos de capacidade em situação de insegurança.

A entrada massiva de recursos e, em particular, de divisas pode provocar, a prazo, a *Dutch Disease*, perigo que parece não ter sido ainda devidamente equacionado pela autoridade competente: o Banco de Moçambique. Por enquanto tal fenómeno ainda não aconteceu.

Os mega projectos aumentam a necessidade de investimentos em infra-estruturas, serviços, energia, transportes, habitação, entre outros. Estes aspectos requerem recursos financeiros elevados, o que implica a redução da disponibilidade para outros sectores e pode fazer aumentar as taxas de juro. Embora o financiamento dos mega projectos seja externo, existem múltiplas actividades que se desenvolvem em redor desses projectos que necessitam de crédito, cuja indisponibilidade reduz as possibilidades da agricultura e, pior ainda, dos pequenos produtores acederem a esses recursos.

O mesmo raciocínio é aplicável ao orçamento de investimento público. Pode, e tem, significado um maior endividamento do Estado perante a banca comercial, reduzindo o volume de moeda para financiamento ao sector privado e, com maior gravidade, para a agricultura e os pequenos produtores. A sobrecarga das infra-estruturas devido à intensidade do tráfego, circulação de camiões de grande tonelagem e deficiente manutenção, principalmente das pontes e estradas e linhas férreas/portos, tem provocado deterioração acelerada das infra-estruturas.

A implantação dos mega projectos implica um aumento rápido da demanda de bens e serviços para a qual os sectores produtivos não estão preparados. Em consequência, os preços sobem rapidamente (Mosca e Selemane 2011), afectando com maior gravidade os grupos sociais de menor rendimento (“imposto da inflação”).

⁶⁸ Um exemplo destas políticas é a Política Agrícola Comum (PAC) da União Europeia na sua fase produtivista e, depois, na fase de sustentação à perda dos rendimentos da agricultura e, finalmente, os apoios às agriculturas biológicas (ou de conservação), plantação de florestas e o desenvolvimento de multiactividades no meio rural, como resposta às crescentes demandas do consumidor urbano e à necessidade de conservação da natureza e do ambiente. Para uma leitura sintética mas abrangente, veja Arnalte (2012).

⁶⁹ A USAID (2011) refere a importância para o país, e também para a (segurança alimentar), da constituição do fundo soberano a partir da entrada massiva de divisas que se verifica nos últimos anos. O governo ainda não teceu qualquer comentário sobre o assunto.

Por outro lado, o crescimento da procura representa novas oportunidades de negócios de várias escalas, incluindo das economias informais. Seria importante conhecer o balanço dos custos (perda de poder aquisitivo, imigração e criação de desemprego por escassa procura de trabalho por parte das empresas mineradoras e dos prestadores de serviços e grupos sociais afectados) e os beneficiários dos pequenos negócios. As percepções e observações podem induzir à hipótese de um balanço negativo e para um aumento das desigualdades sociais por se tratar de um modelo de crescimento não inclusivo.

A situação dos cidadãos reassentados é grave⁷⁰. Este texto apresenta evidências sobre as perdas de áreas sem indemnizações e a alocação de parcelas de inferior qualidade para a agricultura, dificuldade de acesso à água, aumento das distâncias aos mercados e serviços, perda de negócios, aumento do custo dos transportes e perdas de tempo em viagens (quando existe transporte). As escolas e centros de saúde construídos não são diferentes dos existentes nos locais de origem. As casas, mesmo que construídas com material de construção convencional, são objecto de fortes reclamações e protestos dos utentes. Estes são aspectos evidentes de perdas de capacidade produtiva, de oportunidades e de bem-estar da população reassentada.

Se neste momento inicial existirem já cerca de duas mil famílias reassentadas, a massificação da exploração mineira poderá abranger grande parte da área e da população da província de Tete, o que constituirá um problema complicado. A ausência, até agora, de um planeamento físico do território, poderá implicar reassentamentos duplos e triplos (a mesma população ser reassentada mais que uma vez), destruição de infra-estruturas para permitir a exploração mineira⁷¹, secundarização de outras actividades a coberto da Lei conforme referido neste texto.

4. CONCLUSÃO

Não existem ainda estudos para permitir conclusões, com alguma fiabilidade, acerca das relações entre a exploração mineira e actuação das empresas mineradoras sobre a produção e a segurança alimentar.

No entanto, existem evidências específicas e dados estatísticos secundários que permitem induções sobre as perguntas a que este texto procura responder. As observações revelam sinais em sentidos semelhantes aos possíveis de obter através do método indutivo.

Tudo indica que os grandes projectos não têm contribuído para alterações significativas na política agrária, na produção e na segurança alimentar, tanto ao nível dos produtores reassentados, como ainda por uma maior alocação de recursos (orçamento do Estado, crédito, investimento privado, etc.) para esses objectivos.

Pode-se sugerir um agravamento (pelo menos relativo) da pobreza, das oportunidades de negócio dos pequenos produtores e do bem-estar. O sector extractivo (exploração mineira e grandes projectos) no discurso político tornou-se dominante, em prejuízo da agricultura e de 'contar com as próprias forças'.

Atravessa-se um período de euforia pela descoberta de importantes reservas de recursos naturais e existem sinais de alguns perigos, como seja o endividamento do Estado na expectativa de receitas futuras,

⁷⁰ Para uma leitura mais aprofundada sobre os reassentamentos, veja Mosca e Selemane (2011), *El Dorado Tete. Os mega-projectos de mineração*.

⁷¹ Fala-se da transferência do actual aeroporto de Tete para outro local de modo a permitir a exploração de carvão que se encontra debaixo dele.

o risco da doença holandesa e o aprofundamento de comportamentos de novo-riquismo no seio das elites políticas e económicas.

Está-se a configurar, ou a reforçar, uma estrutura económica mais dependente do exterior, baseada na exploração de um número reduzido de recursos naturais e exportação de *commodities* cuja competitividade assenta na mão-de-obra local barata e pobre. Um modelo não muito diferente da colonização do século XIX.

A relação com as multinacionais, a perda relativa de importância da cooperação externa, a debilidade das organizações da sociedade civil embrionárias, e a, ainda, frágil cidadania, têm facilitado a tendência para agravamento da falta de transparência dos contratos.

Aconteceram repressões violentas sobre manifestantes descontentes com os reassentamentos, existem relações perigosas entre a governação aos diferentes níveis e as empresas mineradoras, especulação imobiliária de licenciamentos de terras para a exploração mineira, suspeitas de corrupção de alto nível, reforço do controlo sobre a informação, entre outros sinais, que indiciam uma governação mais musculada e maior défice de valores democráticos.

As primeiras evidências, e a curto prazo, revelam sinais, não apenas do empobrecimento da população vizinha dos grandes projectos, como da economia de Moçambique. A contabilização, por um lado dos benefícios resultantes da entrada de capitais devido aos escassos impostos pagos, da construção de infra-estruturas, do pouco emprego gerado, da pouca, ou nenhuma, transferência tecnológica e empoderamento por parte dos moçambicanos, da formação numa lógica empresarial e das escassas acções de solidariedade e de responsabilidade social e, por outro lado, a perda de património (recursos naturais), os efeitos ambientais, as perdas de bem-estar da população reassentada, o mal-estar e ambiente de suspeita, as perdas de democraticidade, fazem duvidar acerca dos resultados positivos dos mega projectos sobre a economia, a sociedade, o ambiente, as instituições e a democracia.

Não obstante, seria desejável que os recursos naturais, em vez de serem uma maldição, fossem uma bênção. Por agora, tudo indica que se está mais num percurso de maldição. E a “pergunta de um milhão de dólares” será: é possível que as riquezas naturais de Moçambique sejam uma bênção para o país e para os moçambicanos de hoje e de amanhã?

BIBLIOGRAFIA

- Abbas, M. 2013. “Determinantes do crescimento económico em moçambique no período 2000 – 2010”. Em *Economia Moçambicana 2001 – 2010: um mix de populismo económico e mercado selvagem*, Capítulo II, de João Mosca Máriam Abbas e Natacha Bruna. Escolar Editora. Maputo.
- Abbas, M. 2013a. “Investimento” Em *Economia Moçambicana 2001 – 2010: um mix de populismo económico e mercado selvagem*, Capítulo V, de João Mosca Máriam Abbas e Natacha Bruna. Escolar Editora. Maputo.
- Arnalte, E. 2012. “Políticas agrícolas na União Europeia: lições para Moçambique”. Em *Contributos para o debate da agricultura e do desenvolvimento rural*, Mosca, João (coordenação). Escolar Editora, publicação do Observatório do Meio Rural. Maputo.
- Banco Mundial. 2011. *Mozambique Analysis of the Public Expenditure in Mozambique*. Report No. 59918-MZ.
- Abdula, M., Abbas, M. e Bruna, N. 2011. Competitividade da Economia Moçambicana. Debates Nº 4. Universidade Politécnica. Maputo.
- Agence Française de Développement e Mines Paris Recursos Naturais. 2009. *Meio Ambiente e Crescimento Sustentável em Moçambique*. Seminário sobre Recursos Naturais, Meio Ambiente e Crescimento acolhido pelo MICOA – 24 de Fevereiro de 2009.
- Bolnick, B. 2009. *The Motivation for Investments in Mozambique: The Role of Fiscal Incentives*. Preparado pela Nathan Associates, Inc. para o Projecto de Comércio e Investimento da USAID/Mozambique.
- Bond, P. 2008. *El saqueo de África*. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Buenos Aires.
- Brito, L. 2009. Moçambique: de uma economia de serviços a uma economia de renda, IDEIAS. Boletim Nº 13. IESE. Maputo.
- Bruna, N. 2013. “Ambiente de negócios e competitividade da economia moçambicana”. Em *Economia Moçambicana 2001 – 2010: um mix de populismo económico e mercado selvagem*, Capítulo III, de João Mosca Máriam Abbas e Natacha Bruna. Escolar Editora. Maputo.
- Bruna N. 2013a: Balança de Pagamentos de Moçambique, 2001-2010. *Debates*, Nº 13. Universidade Politécnica. Maputo.
- Buur L., Baloi O. and Tembe C. M. 2012. Mozambique Synthesis Analysis: Between Pockets of Efficiency and Elite Capture. DIIS Working Paper 2012:01.
- Callaghan, C. 2011. Mozambique Mineral Scan Report. Produced by Trade Mark Southern Africa.
- Cassamo, A. 2012: *Despesas Públicas no Sector Agrário: Natureza, Desafios e Oportunidades*. ISCTEM, tese de mestrado. Maputo.

- Castel-Branco, C. N. 2010. *Economia Extractiva e Desafios de Industrialização em Moçambique*". Cadernos IESE N.º 1. Maputo.
- Castel-Branco, C. 2010a. *Porosidade da economia e desafios da apropriação, mobilização e utilização do excedente Carlos Nuno Castel-Branco*. Seminário sobre "Economia extractiva, acesso à informação e cidadania" Tete, 05 de Outubro. Tete.
- Castel-Branco, C. 2012. *Complexo Extractivo-Energético e as Relações Económicas entre Moçambique e a África do Sul*. II Conferência do Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE). Apresentação em *power point*. Maputo.
- Castel-Branco, C. e Cavadias, E. 2009. *O papel dos mega projectos na estabilidade da carteira fiscal em Moçambique*. II Seminário Nacional sobre Execução da Política Fiscal e Aduaneira. IESE. Maputo.
- Castel-Branco, C. Cramer, C. e Hailu, D. 2001. "Privatization and Economic Strategy in Mozambique". *Discussion Paper No. 2001/64*. World Institute for Development Economics Research.
- Clements, Elizabeth Alice and Fernandes, B. 2012. *Land Grabbing, Agribusiness and the Peasantry in Brazil and Mozambique*. Graduate Program in Geography – Universidade Estadual Paulista, Brazil.
- Cunguara B. 2011. *Sector Agrário em Moçambique: Análise situacional, constrangimentos oportunidades para o crescimento agrário*. IFPRI, Maputo. Documento apresentado no "Diálogo sobre a Promoção de Crescimento Agrário em Moçambique", 21 de Julho de 2011. Maputo.
- Cunguara, B. and Hanlon J. 2010. *Poverty is not being reduced in Mozambique*. Universität für Bodenkultur, Vienna. Crisis States Research Centre.
- Decreto 31/2012 de 8 de Agosto - *Regulamento sobre o Processo de Reassentamento resultante de Actividades Económicas*. Maputo.
- Diário de Moçambique., 2012. *Camponeses montam barricada na empresa Rio Tinto em Benga*. 02 de Julho de 2012. Tete.
- Fauvet, P. e Mosse, M. 2004. *É proibido pôr algemas nas palavras. Uma biografia de Carlos Cardoso*. Caminho. Lisboa.
- Francisco, A. 2011. *Pauperização Rural em Moçambique da 1ª Década do Século XXI*. IDEIAS, Boletim N° 34, IESE. Maputo.
- Gemo, H, Eicher, C. and Teclerian, S. 2005. *Mozambique's experience in building national extension system*. Michigan, Michigan State University.
- Governo de Moçambique. 2007. *Estratégia de Desenvolvimento Rural*. Governo de Moçambique. Maputo.
- Governo de Moçambique. 2010. *3ª Avaliação Nacional da Pobreza. Resultados Principais*. MPD. Apresentação em *power point*. Maputo.

- Hanlon, J. and Mosse, M. 2009. *Is Mozambique's elite moving from corruption to development?* UNU-WIDER Conference on The Role of Elites in Economic Development. Helsinki, Finland, 12-13 June.
- Hanlon J. (Editor). 2011. *Mozambique most corrupt in region but Mozambicans have most trust in media*. MOZAMBIQUE 189. News reports & clippings. 30 Nov 2011.
- Hanlon, J. and Norfolk. 2012. Confrontos entre produtores, Camponeses e Investidores na Zambézia, Norte de Moçambique, no Contexto de Pressões Relativas ao Lucro em Investidores Europeus. Conferência Anual do Banco Mundial sobre a Terra e Pobreza". Banco Mundial - Washington DC, 23-26 de Abril de 2012
- InterPraxis Consulting. 2012. Enquadramento de Política de SER. Recomendações para Política de SER para os Sectores Extractivos em Moçambique. Esboço do Relatório Final. Elaborado para o MIREM
- Instituto Nacional de Estatística (INE). 2011. Censo Agro-Pecuário 2009 – 2010: resultados preliminares. Moçambique. Maputo.
- Jones S. and Tarp F. 2013. *Jobs and Welfare in Mozambique*. Country case study for the 2013 World Development Report. United Nations University. World Institute for Development Economics Research (UNU-WIDER).
- Jorge, R. 2012: "O mercado internacional de alimentos e efeitos sobre as economias em desenvolvimento". Em *Contributos para o debate da agricultura e do desenvolvimento rural*, Mosca, João (coordenação), Escolar Editora, publicação do Observatório do Meio Rural. Maputo.
- Jubilee Debt Campaign. 2012. *Desenvolvimento de Quem? A fundição de alumínio da Mozal em Moçambique*. Justiça Ambiental, Jubilee Debt Campaign UK, Tax Justice Network. Londres.
- Justiça Ambiental e União Nacional de Camponeses. 2011. OS SENHORES DA TERRA Análise Preliminar do Fenómeno de Usurpação de terras em Moçambique. Casos de Estudo. Maputo, Moçambique.
- Kaarhus, R. 2011. *Agricultural Growth Corridors Equals Land-grabbing? Models, Roles and Accountabilities in a Mozambican case*. Paper presented at the International Conference on Global Land Grabbing. Organised by the Land Deals Politics Initiative (LDPI) in collaboration with the Journal of Peasant Studies and hosted by the Future Agricultures Consortium at the Institute of Development Studies, University of Sussex, 6-8 April 2011.
- Kabemba, C. and Nhancale C. (s/ data). *COAL VERSUS COMMUNITIES: Exposing poor practices by Vale and Rio Tinto in Mozambique*. Southern Africa Resource Watch. Open Policy.
- Kepa. 2010. *Illegal Capital Flight from Developing Countries*. Kepa, Service Centre for Development Cooperation.
- Koch, L. 2011. *Natural resources and Capital flight from Mozambique - From resource curse to development*. IBIS. November. Maputo.

- Leite, J. 1999. A Guerra do Caju e as Relações Moçambique-Índia na Época Pós-Colonial. *Documento de Trabalho n.º 57*, CESA, Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento. UTL, ISEG. Lisboa
- Mahomed, R. s/ data. *Tendências do Investimento privado em Moçambique*. Conferência apresentada na AMECON. Maputo.
- Matos, A. s/ data. *Tendências do Comércio e do Investimento em Moçambique*. Austral Consultoria e Projectos. Maputo.
- Ministério da Agricultura. 2010. *Estratégia de Irrigação*. Maputo.
- Moorsom, T. 2012. The militarization of poverty in Africa. Issue 587. <http://pambazuka.org>.
- Mosca, J. 2005. *Economia de Moçambique. Século XX*. Editora Instituto Piaget. Lisboa.
- Mosca, J. 2010. *Políticas Agrárias de(em) Moçambique (1975-2009)*. Escolar Editores. Lisboa.
- Mosca, J. 2011. “Políticas agrárias y cambios en la agricultura de Mozambique (1975-2009)”. *Revista Española de Estudios Agrosociales y Pesqueros*, nº 229, pp. 79-116. Madrid.
- Mosca, J. 2012. “Ainda a qualidade do ensino superior”. *Semanário SAVANA*, Nº 967, coluna Economicando. 27 de Julho. Maputo.
- Mosca, J. 2012a. *Economia Moçambicana 2001-2010: um mix de Populismo Económico e Mercado Selvagem*. CESA, *Working Paper* Nº 114. Setembro 2012. Lisboa.
- Mosca, J. 2012b. *Porque é que a produção alimentar não é prioritária?* Observador rural Nº 1. Observatório do Meio Rural. Maputo.
- Mosca, J., Abbas, M. e Bruna, N., 2011. *Tendências Recentes da Economia Moçambicana*. Debates nº 6; Julho 2012. Universidade A Politécnica. Maputo.
- Mosca, J., Abbas, M. e Bruna, N., 2012. *Orçamento do Estado de Moçambique. Análise 2001-2012*. Debates nº 10; Julho 2012. Universidade A Politécnica. Maputo.
- Mosca, J., Abbas, M. 2013. *Preços e mercados de produtos agrícolas alimentares*. Observador Rural Nº 3. Observatório do Meio Rural. Maputo
- Mosca, J. e Bruna, N. 2012. *BALANÇA COMERCIAL AGRÍCOLA: Para uma estratégia de substituição de importações?* Observador Rural Nº 2. Observatório do Meio Rural. Maputo.
- Mosca J., Matavel V. e Dada Y. 2013. *Algumas Dinâmicas Estruturais do Sector Agrário*. Observador Rural Nº 4. Observatório do Meio Rural. Maputo.
- Mosca, J. e Selemane, T., 2011. *El dorado Tete: Os mega-projectos de mineração*. CIP. Maputo.
- Mosca, J. e Selemane, T., 2012. *Mega-projectos no meio rural, desenvolvimento do território e pobreza: O caso de Tete*. In De Brito, L. et al (Orgs.); *Desafios para Moçambique 2012*. IESE. Maputo.

- Mosse Marcelo e Cortez, Edson. 2006. *Corrupção e Integridade nas Alfândegas de Moçambique*. Maputo, CIP.
- Nuvunga, A. 2013. *Megaprojectos têm muitos e excessivos incentivos fiscais*. Newsletter 17. CIP. Maputo.
- Ocampo, J. 2007. *La macroeconomía de la bonanza económica latinoamericana*. Revista de la CPAL 93. Diciembre.
- Ossemane R. 2009. Quão fiável é a análise de sustentabilidade da dívida externa de Moçambique? Uma análise crítica dos indicadores de sustentabilidade da dívida externa de Moçambique. IDEIAS, Boletim N° 25, IESE. Maputo.
- Pitcher, M. 2000. *Transforming Mozambique. The Politics of Privatization 1975-2000*. Cambridge University Press.
- Pitcher, M. 2003. “Sobreviver à transição: o legado das antigas empresas coloniais em Moçambique”. *Análise Social*, vol. xxviii (168), pp. 793-820.
- PNUD. Vários anos. *Relatório sobre o Desenvolvimento Humano*. PNUD.
- Seleman, T. 2010. *Questões à volta da mineração em Moçambique. Relatório de monitoria das actividades mineiras em Moma, Moatize, Manica e Sussundenga*. CIP. Maputo.
- Seleman, T. 2012. Verdadeira transparência precisa-se na indústria extractiva em Moçambique. Publicado no semanário Canal de Moçambique de 17 de Outubro de 2012, pág. 15
- Seleman, T. 2012a. A (ir)relevância da responsabilidade social dos mega-projectos. Publicado no semanário SAVANA de 7 de Dezembro de 2012, págs. 16-17
- Seleman, T. 2012b. Os mega-projectos de mineração em Moçambique: impactos sócio-económicos e demanda pela terra. Comunicação apresentada na conferência nacional sobre terra, organizada pela União Nacional dos Camponeses (UNAC), na Universidade Eduardo Mondlane, 27-28 de Novembro de 2012, em Maputo. Publicado no semanário SAVANA de 30.11.2012, pág. 7.
- Seleman, T. 2013. Com enormes reservas, insuficientes vias de escoamento e sem estratégia – Moçambique tenta entrar na lista dos maiores produtores de carvão e gás. Boletim sobre o Processo Político em Moçambique n° 53. CIP & AWEPA. Maputo.
- Sonne-Schmidt, C., Arndt C., Magaua, M. 2009. *Contribution of Mega-Projects to GDP in Mozambique*. II Conference of IESE.
- Sugahara G., e Francisco, A. 2011. *Envelhecimento Populacional em Moçambique: Ameaça ou Oportunidade?* IDEIAS, Boletim N° 37p. IESE. Maputo.
- Tanner, C., Myers G. and Oad R. 1993. *Land Disputes and Ecological Degradation in an Irrigation Scheme: a case study of state farm divestiture in Chokwe, Mozambique*. LTC Research Paper 111. Land Tenure Center. University of Wisconsin-Madison.

- Uaiene, R. 2012. “Estrutura, conduta e desempenho da agricultura familiar em Moçambique”. Em *Contributos para o Debate da Agricultura e do Meio Rural*. Coordenação de João Mosca. Maputo, Escolar Editora, pp. 49-67.
- Uaiene, R. N., Arndt, C., masters, W. 2009. “Determinants of Agricultural Technology Adoption in Mozambique”. Discussions Papers, Nº 67E, Ministério do Plano e Desenvolvimento, Direcção Nacional de Estudos e Análises de Políticas. Maputo.
- USAID. 2011. Fundos Soberanos de Riqueza: Uma Necessidade para Moçambique? SPEED/Notes/2011/014. USAID. Maputo.
- USAID. 2011a. Impact of Exchange Rate Fluctuations on the Economy of Mozambique. SPEED/Reports/2011/010. USAID. Maputo.
- Vidal, J. 2010. A gigantesca corrida pela terra. Publicado no Jornal Brasil de Fato, edição de 18 a 24 de Março de 2010. Também se pode encontrar em <http://racismoambiental.net.br>.
- Zorrilla, C., Álvarez P. e Acosta A.. 2012. “Siete mitos y mentiras alrededor de los megaproyectos Mineros”. *Otra América*. <http://otramerica.com>.
- World Bank. 2005, *Where is the Wealth of Nations? Measuring Capital for the 21st Century*. Washington: Conference Edition, 15 de Julho.